

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL  
TURMA: CARLOS NELSON COUTINHO

LUCIA MARINA DOS SANTOS

**A VIA CAMPESINA E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NA AMÉRICA DO  
SUL**

Rio de Janeiro, Julho de 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL  
TURMA: CARLOS NELSON COUTINHO

LUCIA MARINA DOS SANTOS

**A VIA CAMPESSINA E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NA  
AMÉRICA DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC  
Apresentado como requisito para aprovação  
na graduação do curso de Serviço Social,  
da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Orientador: Prof. Dr Henrique Wellen

Rio de Janeiro, RJ

Julho de 2015.

## **DEDICATÓRIA**

A **Gabriela**, razão por eu querer voltar para casa todos os dias.

Ao **Cícero Guedes**. Assassinado pelo latifúndio, em Campos dos Goytacazes. Pelos sonhos e projetos que continuam vivos.

## **AGRADECIMENTOS**

Meu profundo agradecimento ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que através de sua escola de formação político-ideológica, Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF, me proporcionou fazer esse curso, através da parceria entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, a Escola de Serviço Social - ESS e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Acredito que o MST terá vida mais longa do que todos esperávamos, por acreditar e investir na formação de seus membros.

A UFRJ e à Escola de Serviço Social, por demonstrar compromisso político e coragem em bancar e realizar o curso com uma turma de camponeses na universidade. Enfrentando o preconceito, burocratismo, conflitos políticos e buscando resolver os desafios coletivamente.

A coordenação do Curso pela Escola de Serviço Social: professora Elaine Moreira, professor Henrique Wellen e especialmente à Professora Maristela Dalmoro, que do início ao fim do curso esteve presente e soube junto conosco, superar os percalços do processo.

A todos os professores e professoras que contribuíram com nossa formação na sala de aula (e fora também) nesse período.

Ao Professor Henrique Wellen, pelas brilhantes aulas em todo o transcorrer do curso, por ter sido um exímio orientador e por sua militância comprometida e combativa com a classe trabalhadora e camponesa do Brasil.

Aos professores, Marildo Menegat e Luis Acosta, pelo profundo compromisso na construção desse curso desde o princípio.

A querida professora Hérica Wellen, pela consideração, dedicação e competência que analisou meu trabalho. Muitíssimo obrigada!

Ao professor Paulo Alentejano, querido Paulinho, amigo e formador da luta e da vida.

Ao estimado professor João Márcio Mendes Pereira, por seu compromisso histórico, (apesar de tão jovem!) e por ter disponibilizado uma série de materiais tão importantes para minha pesquisa.

A professora Flávia Vieira, mais que presente na construção do Projeto!

Ao Núcleo de Solidariedade Técnica – SOLTEC, à Cooperativa de Produção Agroecológica Terra Fértil - COOPATERRA e à Professora Gláucia, por terem acompanhado e garantido meu estágio. Foi um imenso prazer;

A turma Carlos Nelson Coutinho, pela convivência e todas as contradições vividas e enfrentadas (e as não enfrentadas também!), que só contribuíram para meu crescimento afetivo e exercício da paciência.

A minha amada filha Gabriela, por sua compreensão de minhas ausências e por sua presença em todos os momentos de minha vida. Te amo Gabriela!

A minha grande amiga Aninha, parceira e companheira de projetos, sonhos da construção diária.

A querida amiga e companheira de todas as trincheiras Nívia Regina, que desde o início trilhou comigo muitas caminhadas.

A minha irmã, Cristina Vargas.

As minhas companheiras de casa e da secretaria: Angela, Guília, Vanessa e Andreia Matheus, por tudo e todos os serviços prestados na área da tecnologia!

Ao companheiro Celso Antunes, que me proporcionou garantias físicas para realizar o curso. E ao Miguel Stédile, pela dedicação na revisão!

A Telma Haua, que nos momentos mais difíceis para eu estar presente na etapa do curso, ficou um mês residindo no Rio Grande Norte, cuidando da Gabriela. E nunca esteve ausente.

Para mi Costilla.

Para minha mãe carioca: Maria Helena Guimarães Pereira.

Aos amigos da Pátria Grande: Katia Marro, Josefina, Rodrigo e Ramiro.

A Direção Estadual do MST RJ, pela generosidade, por partilhar, assumir as tarefas políticas comigo e pela grandiosa compreensão de minhas ausências.

Aos companheiros/as da Coordenação Política da Região Sudamérica, da Via Campesina que me concederam as entrevistas, várias no meio de tantas agendas e atividades: Pancha, Diego, Daniel, Eberto, Rita e Itelvina! Valorosos e grandiosos companheiros. Parteiros desse trabalho e processo!

Por fim, agradeço a todas as companheiras e todos os companheiros que carregam a bandeira da Reforma Agrária. À Militância que oferece sua vida, que abre mão ou constrói os prazeres no enfrentamento do latifúndio para lutar e construir uma sociedade mais justa e fraterna, mais igual e mais humana com a democratização da terra, dos bens da natureza e com amor.

## O HOMEM; AS VIAGENS

O homem, bicho da Terra tão pequeno  
chateia-se na Terra  
lugar de muita miséria e pouca diversão,  
faz um foguete, uma cápsula, um módulo  
toca para a Lua  
desce cauteloso na Lua  
pisa na Lua  
planta bandeirola na Lua  
experimenta a Lua  
coloniza a Lua  
civiliza a Lua  
humaniza a Lua.

Lua humanizada: tão igual à Terra.  
O homem chateia-se na Lua.  
Vamos para Marte — ordena a suas máquinas.  
Elas obedecem, o homem desce em Marte  
pisa em Marte  
experimenta  
coloniza  
civiliza  
humaniza Marte com engenho e arte.

Marte humanizado, que lugar quadrado.  
Vamos a outra parte?  
Claro — diz o engenho  
sofisticado e dócil.  
Vamos a Vênus.  
O homem põe o pé em Vênus,  
vê o visto — é isto?  
idem  
idem  
idem.

O homem funde a cuca se não for a Júpiter  
proclamar justiça junto com injustiça  
repetir a fossa  
repetir o inquieto  
repetitório.

Outros planetas restam para outras colônias.  
O espaço todo vira Terra-a-terra.  
O homem chega ao Sol ou dá uma volta  
só para tiver?  
Não-vê que ele inventa  
roupa insiderável de viver no Sol.  
Põe o pé e:  
mas que chato é o Sol, falso touro  
espanhol domado.

Restam outros sistemas fora  
do solar a col-

onizar.

Ao acabarem todos  
só resta ao homem  
(estará equipado?)  
a difícilíssima dangerousíssima viagem  
de si a si mesmo:  
pôr o pé no chão  
do seu coração  
experimentar  
colonizar  
civilizar  
humanizar  
o homem  
descobrimo em suas próprias inexploradas entranhas  
a perene, insuspeitada alegria  
de con-viver.

*Carlos Drummond de Andrade*

## **RESUMO**

Este trabalho se propõe a levantar e analisar as formas de lutas utilizadas pela Via Campesina, na defesa da Reforma Agrária, na região da América do Sul e se nos últimos períodos houve transformações nas formas de lutas, com as políticas neoliberais adotadas pelo agronegócio.

Foi realizado uma rápida análise histórica sobre a organização do capital focando a hegemonia do agronegócio no campo. Contextualizando a organização internacional da Via Campesina e o tratamento da Reforma Agrária, através de pesquisa empírica bibliográfica, documental e entrevistas com dirigentes dos Movimentos Sociais que fazem parte da Coordenação da Via Campesina de quatro países da América do Sul (Brasil, Argentina, Chile e Colômbia).

Por intermédio desse método, conseguimos fazer um levantamento considerável de informações e analisar as formas de lutas. Percebemos que a Via Campesina continua sendo um Movimento de luta e resistência, de propostas concretas e ativo na defesa e construção da Reforma Agrária na América do Sul e outras regiões do mundo onde está organizada, bem como identificar algumas lacunas na organicidade interna e desafios que podem ser superados.

**PALAVRAS-CHAVE: REFORMA AGRÁRIA. MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO. VIA CAMPESINA. AGRONEGÓCIO**



## **ABSTRACT**

The goal of this work is to gather and analyse the forms of political struggle used by Via Campesina in the defence of the Agrarian Reform in the South-American region and if during the last periods there have been transformations in these forms of struggle, such as neo-liberal politics adopted by the agribusiness.

I made a quick passage through the Capital's organisation, focusing on the hegemony of agribusiness in the countryside. Putting the international organisation of the Via Campesina in context and how the Agrarian Reform is dealt with, by performing an empirical bibliographic research, documents' studying and interviews with leaders of Social Movements that are part of the Via Campesina's Coordination in four South-American countries (Argentina, Brazil, Chile and Colombia), in order to assess how this issue is approached today, as well as the main issues dealt with and prioritized.

This way, I managed to gather a sensitive amount of information and analyse the forms of struggle. I can acknowledge that the Via Campesina remains a Movement of struggle and resistance, with concrete proposals and very active in the defence and construction of the Agrarian Reform in South-America and other regions of the world in which it is present. I also identify some voids in its internal organicity and challenges that can be overcome.

**KEY-WORDS: AGRARIAN REFORM – PEASANT SOCIAL MOVEMENTS – VIA CAMPESINA - AGRIBUSINESS**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO I - O CAPITALISMO E A HEGEMONIA INTERNACIONAL DO AGRONEGÓCIO .....</b>	<b>16</b>
<b>1.1 Capital e as Relações Sociais .....</b>	<b>16</b>
<b>1.2 Capitalismo dos Monopólios.....</b>	<b>17</b>
<b>1.3 A Crise do Modelo .....</b>	<b>22</b>
<b>1.4 Neoliberalismo .....</b>	<b>23</b>
<b>1.5 Hegemonia Internacional do Agronegócio no Campo.....</b>	<b>26</b>
<b>CAPÍTULO II – ORIGEM DA VIA CAMPESINA .....</b>	<b>35</b>
<b>2.1 Contexto de surgimento e nascimento da Via Campesina.....</b>	<b>35</b>
<b>2.2 O que é a via Campesina e sua estrutura de funcionamento.....</b>	<b>36</b>
<b>2.3 Nascimento da Via Campesina .....</b>	<b>38</b>
<b>2.4 Objetivos da Via Campesina e os principais temas de trabalho .....</b>	<b>41</b>
<b>2.5 Reforma Agrária nas Conferências .....</b>	<b>43</b>
<b>2.6 A Regional América do Sul .....</b>	<b>45</b>
<b>CAPITULO III – LUTAS PELA REFORMA AGRÁRIA DA VIA CAMPESINA NA AMÉRICA DO SU .....</b>	<b>47</b>
<b>3.1 A Reforma Agrária na Via Campesina .....</b>	<b>48</b>
<b>3.2 Ampliação do conceito de Reforma Agrária .....</b>	<b>49</b>
<b>3.2.1 Identificação do Inimigo – Agronegócios .....</b>	<b>50</b>
<b>3.2.2 Território .....</b>	<b>51</b>

3.2.3 Soberania Alimentar .....	52
3.2.4 Agroecologia .....	53
3.2.5 Participação das Mulheres e Jovens .....	54
3.3 As mudanças nas formas de lutas por Reforma Agrária .....	55
3.3.1 Papel da América do Sul .....	55
3.3.2 Mudanças nas Formas de lutas .....	56
3.3.3 Resistência e Território .....	57
3.3.4 Articulações com outros setores da sociedade .....	58
3.3.5 Formas de organização .....	59
DESAFIOS CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	61
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA .....	64
ANEXOS .....	67



## INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo apreender e analisar as formas de lutas utilizadas pela Via Campesina na defesa da Reforma Agrária, na América do Sul. Iniciamos, portanto, com a contextualização da forma de organização do capital, passando por suas três fases - comercial, industrial e financeiro, chegando à reconfiguração do capital na agricultura. Com essa base analítica, abordaremos as principais políticas desenvolvidas pelo agronegócio como projeto hegemônico para o campo e as consequências para a Reforma Agrária, pois é esse o contexto de políticas neoliberais e hegemonia do capital financeiro que leva à constituição da Via Campesina.

Nossa pesquisa seguirá pela apresentação do contexto de surgimento da Via Campesina, seus objetivos, funcionamento, e organização atual, destacando como essas políticas desenvolvidas pelos organismos internacionais trabalharam fortemente para o retrocesso da Reforma Agrária na Região, com políticas chamadas de contra Reforma Agrária. Também exporemos que, por outro lado, as lutas se renovam nos Movimentos Sociais que continuam encampando essa bandeira e levando a um forte processo de resistência por camponeses, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, trazendo um leque amplo de desafios e esperanças para os membros desse grande movimento e para a sociedade em geral.

Conforme buscaremos demonstrar na pesquisa, a Via Campesina é o Movimento Internacional de Camponeses mais conhecido no mundo, o que o transforma no Movimento mais importante da atualidade, estando organizado em 9 regiões do mundo, em 4 continentes e com uma secretaria operativa em Harare, Zimbábue. Seu surgimento tem um forte aspecto baseado nas ações de solidariedade frente aos despejos, repressões, prisões e até massacres que enfrentavam, e ainda enfrentam, os camponeses e camponesas de diversos lugares do mundo.

A Via Campesina tem objetivos claros de desenvolver a unidade na diversidade e ações fortes de solidariedade, especialmente em momentos de maior vulnerabilidade, como foi o caso do Massacre de Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará, no dia 17 de Abril de 1.996, em que 19 Trabalhadores Sem Terra foram assassinados. Por isso, a Via Campesina Internacional determinou o dia 17 de Abril como o dia Internacional de Luta pela Terra, fazendo com que alguns países o institucionalizassem de forma oficial.

Hoje, são vários os pontos comuns que são trabalhados e defendidos nos diferentes países onde se organiza a Via Campesina, como: Reforma Agrária, Soberania Alimentar dos povos e uma matriz de produção tecnológica que sejam voltados à agroecologia, produzindo alimentos saudáveis. Para alcançar a unidade desses temas, o fundamental, para além de extensos estudos e debates nas reuniões realizadas nas instâncias, são as ações conjuntas, que se revelam nas lutas nos países, regiões e continentes.

A pesquisa “A Via Campesina e a luta pela Reforma Agrária na América do Sul” pretende levantar questões das lutas que historicamente a Via Campesina encampou na defesa da Reforma Agrária, identificar as formas de lutas desenvolvidas e as possíveis mudanças no momento; pretende ainda, “mirar” que desafios e formas de lutas são utilizadas na atualidade pela Reforma Agrária na Via Campesina da Região América do Sul.

A realização dessa pesquisa pressupõe a relevância do tema da Via Campesina e as Lutas pela Reforma Agrária na América do Sul, pois acreditamos que é um tema de suma importância na atualidade e é necessário entender esse processo e quais as formas de lutas são projetadas para defesa e conquista da Reforma Agrária, tanto para o debate do desenvolvimento do campo, como para os movimentos sociais que fazem lutas em defesa da realização da Reforma Agrária e apresentam propostas contra hegemônicas diante do sistema vigente.

Sabemos da amplitude do tema, por isso, nos propomos inicialmente realizar uma análise com base em estudos bibliográficos, leituras de relatórios internos e entrevistas com dirigentes de Movimentos que fazem parte da Via Campesina da América do Sul dos seguintes países: Brasil, Chile, Colômbia e Argentina. Sendo eles/as: Francisca Rodrigues, membra da Direção da Asociación Nacional de Mujeres Rurales y Indígenas do Chile, (conhecida por todos como Pancha); Eberto Díaz, presidente da Federación Nacional Sindical Unitária Agropecuária – FENSUAGRO, da Colômbia; Itelvina Massioli, membra da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST do Brasil e do Coletivo de Formação da Via Campesina; Rita Zanotto, responsável pela Secretaria Operativa da Região Sudamérica – Via Campesina, Brasília – Brasil; Diego Montón<sup>1</sup>, responsável pela secretaria operativa da Coordenação Latino Americana de Organizações do

---

<sup>1</sup> Por um problema técnico no equipamento de gravação, perdemos a importante entrevista com Diego Montón, restando deste momento, poucas anotações manuscritas.

Campo – CLOC, e membro do Movimiento Nacional Campesino y Indígena – MNCI, Argentina; e Walter Daniel Argamonte, Indígena – Pueblo Omapuaca, do MNCI, de Jujuy, norte da Argentina. Veremos maiores detalhes no Capítulo III, sobre as entrevistas realizadas.

Como militante atuante em movimento social e inserida, há 25 anos no processo de lutas pela Reforma Agrária no Brasil, com conhecimento empírico sobre o tema e aluna da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do curso de Serviço Social, creio que a pesquisa tem grau elevado de importância social tanto para meu conhecimento teórico individual, como para o Movimento Social e também para contribuir com a profissão do Serviço Social, que tem poucas pesquisas e produção acerca desse tema.

No primeiro capítulo buscaremos trabalhar sobre a formação, as fases do capitalismo e a consolidação do capitalismo no campo como modelo hegemônico. Seguindo para o segundo capítulo, em que fazemos uma apresentação de como é organizada a Via Campesina Internacional, seus objetivos, sua forma de trabalho, as regiões e continentes onde está organizada e as especificidades da América do Sul, que é o objeto principal de nosso estudo. E o terceiro capítulo está reservado para vermos o que dizem as 6 lideranças que foram entrevistadas, o conceito da Reforma Agrária trabalhado na Via Campesina, as formas de lutas desenvolvidas, as possíveis mudanças nos últimos tempos e a forma como a Via está organizada para dar conta de levar a cabo essa discussão, debate e lutas da Reforma Agrária. Nossas conclusões pretendem levantar alguns dos desafios extraídos na pesquisa, análise e entrevistas.

Tivemos acesso a muitos materiais do agronegócio que não utilizamos no trabalho, que julgamos ser importantes de serem analisados à frente, pois dialogam com o futuro desse debate, como: a produção de soja no Conesul, o planejamento do agronegócio até 2050 (fruto de uma ampla reunião em março 2014, em São Paulo), as falácias do agronegócio e as notícias sobre o uso de transgênicos no mundo.

## **Capítulo 01: O CAPITALISMO E A HEGEMONIA INTERNACIONAL DO AGRONEGÓCIO**

Como vamos tratar e analisar um movimento social que nasceu e se desenvolveu em um período histórico recente do desenvolvimento do capitalismo, não teríamos como iniciar, sem antes contextualizar minimamente o que se passa nesse período. Assim, inicialmente, faremos uma breve incursão pelas bases de formação do capital, o surgimento do capital e as relações sociais; o capitalismo monopolista, imperialista ou capitalismo financeiro; a crise de 1960/70; o neoliberalismo e a hegemonia e desdobramentos do capital financeiro no campo, através da articulação e organização do agronegócio, pois “o Século XX assinala, pois, o ponto de transformação do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro” (LENIN, 2008, p. 46).

### **1.1 Capital e as Relações Sociais**

O que temos visto sobre a concentração da produção e do capital é a acumulação cada vez maior de capitais nas mãos de poucos capitalistas. Um aumento da concentração e centralização dos monopólios.

Fazendo uma alusão à “lei geral da acumulação capitalista”, apresentada no cap. 23 do Capital de Marx, vemos que a reprodução capitalista determina a forma capitalista da sua reprodução, sem a acumulação do capital, o Modo de Produção Capitalista não existiria. A forma típica de reprodução do capital é a reprodução ampliada ou alargada. Nela, apenas uma parte da mais-valia apropriada pelo capitalista é empregada para cobrir seus gastos pessoais; outra parte é reconvertida em capital, utilizada para ampliar a escala da sua produção de mercadorias – aquisição de máquinas novas, contratação de mais força de trabalho etc.

Cada capital se reparte em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela proporção entre, por um lado, a massa dos meios de produção utilizados e, por outro lado, o montante de trabalho exigido para seu emprego (MARX, 2012, p.187).

A conversão da mais-valia em capital é o que caracteriza a reprodução ampliada, que realiza a acumulação de capital. A ampliação de mais-valia como capital ou retransformação de mais-valia em capital chama-se acumulação de capital. Não existe capitalismo sem acumulação de capital. A



acumulação de capital depende da exploração da força de trabalho. Quanto maior a exploração da força de trabalho, maior será a mais-valia e a acumulação.

Aplicação de mais-valia como capital ou conversão de mais-valia em capital é o que se chama de acumulação de capital. Para acumular, é necessário transformar parte do produto excedente em capital. Só se pode transformar em capital, coisas que são aplicáveis no processo de trabalho: meios de produção e coisas das quais o trabalhador precisa para manter-se, isto é, os meios de subsistência. Ou seja, a mais-valia só pode ser transformada em capital porque o produto excedente, do qual ela é o valor, já contém os elementos materiais de um novo capital e para isso funcionar a classe capitalista precisa de um acréscimo de trabalho.

A centralização completa a tarefa da acumulação, capacitando o capitalista industrial a ampliar a escala de suas operações. É o mesmo efeito econômico dessa ampliação, decorra ele da acumulação ou da centralização.

A acumulação do capital, vista de início como uma ampliação puramente quantitativa, realiza-se com contínua mudança qualitativa de sua composição, ocorrendo constante acréscimo de sua parte constante à custa da parte variável.

A produção capitalista não é tão somente produção e reprodução de mercadorias e de mais-valia: é produção e reprodução de relações sociais. A produção capitalista supõe relações sociais no interior das quais existem sujeitos que podem comprar a mercadoria força de trabalho para empregá-la na produção de mercadorias e sujeitos que são obrigados a vender força de trabalho, já que esta é o único bem que possuem. Assim, a produção das relações sociais engendram aqueles sujeitos. Em suma: a reprodução capitalista só é viável se ela reproduzir as relações sociais que põem frente a frente capitalistas e proletários.

## **1.2 Capitalismo dos Monopólios**

No último período do Século XIX, houve profundas mudanças econômicas e de ordem no sistema capitalista, com transformações na estrutura social e instâncias políticas em todas as formações sociais envolvidas. “Trata-se do período histórico em que ao capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios” (NETTO, 2011), e que perdura até os dias de hoje.

Lenin, considerando a dificuldade de definir as múltiplas relações de um fenômeno no seu complexo desenvolvimento, sintetiza uma definição do imperialismo em que considera cinco traços fundamentais:

1. A concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2. Fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira; 3. A exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. A formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; e 5. O termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LENIN, 2008, p. 88).

Da fusão do capital bancário mais o capital industrial, o resultado é o nascimento/formação do capital financeiro, formando uma oligarquia financeira, que vai depender de relações estritas com o Estado, e em que os bancos vão tendo um novo papel.

A operação fundamental e inicial que os bancos realizam é de intermediários nos pagamentos. Reúnem toda espécie de rendimentos em dinheiro e colocam-nos à disposição da classe capitalista.

Esta transformação dos numerosos modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista (LENIN, 2008, p. 31).

Diferente da exportação apenas de mercadoria que caracterizava o capitalismo concorrencial colonialista, como afirma Lenin (2008, p.61):

o que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação do capital.

O capitalismo é a produção de mercadorias no grau superior do seu desenvolvimento, quando até a força de trabalho se transforma em mercadoria.

Na formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, na medida em que se foram ampliando as relações, constituíram-se os cartéis internacionais. Sendo que os cartéis são associações pontuais, não duradouras, sua função é mais controlar preços e, dependendo da conjuntura elas se dissolvem. Já os trusts, é o resultado do capitalismo que forma um oligopólio, no qual leva a fusão e incorporação de empresas envolvidas de um mesmo setor de atividades a abrirem mão de sua independência legal para construir uma única organização. Trusts tem o objetivo de dominar determinada oferta de produtos e ou serviços. São associações mais duradouras de capital, são conglomerados, é estrutural (Lenin, 2010).

As associações de monopolistas capitalistas – cartéis, sindicatos, trusts – partilham entre si, em primeiro lugar, o mercado interno, apoderando-se mais ou menos completamente da produção do país. Mas sob o capitalismo o mercado interno está inevitavelmente entrelaçado com o externo. Há muito que o capitalismo criou o mercado mundial. A marcha natural das coisas levou a um acordo universal entre elas, à constituição de cartéis internacionais (LENIN, 2008, p. 67).

Lenin denominou o processo de concentração e expansão capitalista de imperialismo:

o imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes (Idem, p.88).

A principal característica dessa fase do capitalismo é, pois, o advento dos monopólios, que passaram a dominar o mercado com a fixação e imposição de preços, incorporação de pequenas empresas, além da expansão do domínio capitalista para outros países com a implantação de indústrias transnacionais.

O traço característico do período é a partilha definitiva do planeta, definitiva não no sentido de ser impossível de reparti-lo de novo – pelo contrário, novas partilhas são possíveis e inevitáveis -, mas no sentido de que a política colonial dos países capitalistas já completou a conquista de todas as terras não-ocupadas que havia no nosso planeta. Pela primeira vez, o mundo já se encontra repartido, de tal modo que, no futuro, só se poderão efetuar novas partilhas, ou seja, a passagem de territórios de um proprietário para outro, e não a passagem de um território sem proprietário para um dono (LENIN, 2008, p. 75).

Recorrendo a Iamamoto (2012) sobre a mundialização do sistema capitalista e a organização dos grupos industriais com o mundo das finanças e a dependência dos Estados, vemos que

a efetiva mundialização da “sociedade global” é acionada pelos grandes grupos industriais transnacionais articulados ao mundo das finanças. Este tem como suporte as instituições financeiras que passam a operar com o capital que rende juros, apoiadas na dívida pública e no mercado acionário das empresas. Esse processo impulsionado pelos organismos multilaterais captura os Estados nacionais e o espaço mundial, atribuindo um caráter cosmopolita à produção e consumo de todos os países. O espaço mundial torna-se espaço do capital (IAMAMOTO, 2012. Pag. 107).

As marcas desse processo vão se materializando em diversos espaços da sociedade, numa grande disputa desde a economia até as forças sociais:

o capital financeiro assume o comando do processo de acumulação e, mediante inéditos processos sociais, envolve a economia e a sociedade, a política e cultura, vincando profundamente as formas de sociabilidade e jogo das forças sociais (IAMAMOTO, 2012. p. 107).

Trata-se de um novo momento do desenvolvimento do capital em que

a mundialização da economia está ancorada nos grupos industriais transnacionais, resultantes de processos de fusões e aquisições de empresas em um contexto de desregulamentação e liberalização da economia. (IAMAMOTO, 2012, p. 108).

Ao realizar essa análise, Iamamoto destaca as seguintes palavras de Husson: “o processo de financeirização indica um modo de estruturação da economia mundial”. (HUSSON *apud* IAMAMOTO, 1999, p. 108). Inobstante, não se trata de um movimento que ocorre supostamente de forma autônoma pelo mercado, visto que necessita de outras instituições para se concretizar, como é o caso do Estado. Essa é uma política concretada com o apoio efetivo dos Estados nacionais e para confirmar isso, Iamamoto cita Chesnais:

É sobre grupos industriais que repousa a atividade de valorização do capital na indústria, os serviços, o setor energético e a grande agricultura, da qual depende tanto a existência material das sociedades nas quais camponeses e artesãos foram quase que totalmente destruídos, quanto a extração da mais-valia destinada a passar para as mãos dos capitais financeiros (CHESNAIS *apud* IAMAMOTO, 1999, p. 109).

Netto destaca dois elementos típicos do capitalismo monopolista “clássico”, que fazem ingresso aberto no cenário social: o fenômeno da supercapitalização e o parasitismo que se instala na vida social em razão do desenvolvimento do monopólio (NETTO, 2011). O pano de fundo desses dois elementos nesse momento é a garantia do crescimento exponencial com aumento dos lucros e a burocratização da vida social legitimando o monopólio:

A maximização dos lucros pelo controle dos mercados, demanda mecanismos de intervenção extra-econômicos e daí a refuncionalização e o rendimensionamento da instância por excelência do poder extra – econômico, o Estado (NETTO, 2011 p. 24).

Aqui vemos o papel importante destinado ao Estado como patrocinador e garantidor do lucro, do aumento e avanço desse sistema. Do papel do Estado, que era mais de garantir a propriedade privada de produção, com ação pontual nos monopólios, a intervenção estatal passa a oferecer garantias incidentes na organização e dinâmicas econômicas de forma sistemática e com continuidade. Nesse sentido, afirma Netto:

No capitalismo monopolista, as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas. O eixo da intervenção estatal na idade do monopólio é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios – e, para tanto, como poder político e econômico, o Estado desempenha multiplicidade de funções (NETTO, 2011, p. 25).

São diversas as funções econômicas que o Estado assume nesse momento, diretas e indiretas. Resumidamente podemos dizer que as diretas são: inserção como empresário nos

setores básicos sem rentabilidades; controle de empresas capitalistas em dificuldades; entrega aos monopólios de complexos construídos com fundos públicos; subsídios imediatos aos monopólios e a garantia explícita de lucro pelo Estado. Já as funções indiretas, que também possuem uma grande relevância, são: compras e encomendas do Estado aos grupos monopolistas; investigação e pesquisa. (NETTO 2012). E, quanto ao terreno estratégico, ocorre uma amálgama entre

atribuições diretas e indiretas do Estado – com projetos de médio e longo prazo o Estado atua como um instrumento de organização da economia, operando notadamente como um administrador dos ciclos de crise (NETTO, 2011, p. 26).

Pelo exposto, fica evidente que o modo de produção capitalista, em sua fase monopolista ou imperialista se apropria do Estado como assegurado em diversos níveis, seja político, econômico, social e orgânico. Tenha crise ou não, apesar da crise ser inerente ao sistema capitalista, o Estado vai estar ali, sempre à disposição para oferecer seu ombro e seu bolso em nome da garantia dos lucros. “Ele é o seu Estado”!

Assim, que Netto deixa muito claro que:

O Estado foi capturado pela lógica do capitalismo monopolista – ele é o seu Estado; tendencialmente, o que se verifica é a integração orgânica entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais. O Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o “comitê executivo” da burguesia monopolista – opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista. Para exercer, no plano estrito do jogo econômico, o papel de “comitê executivo” da burguesia monopolista, ele deve legitimar-se politicamente incorporando outros protagonistas sócio-políticos (NETTO, 2011, p. 26 e 27).

A transição ao capitalismo dos monopólios realizou-se em um momento importante da organização e lutas dos trabalhadores em nível internacional, seja nas lutas por melhores condições de trabalho e salários, seja nas pautas mais amplas, como conquista da cidadania e formas de organização política, como os partidos políticos representados pelos próprios operários, pois

no capitalismo monopolista, a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função de primeira ordem: não está condicionada apenas àqueles dois vetores, mas às enormes dificuldades que a reprodução capitalista encontra na malha de óbices à valorização do capital no marco do monopólio. A transição ao capitalismo dos monopólios realizou-se paralelamente a um salto organizativo nas lutas do proletariado e do conjunto dos trabalhadores, simétrico ao aparecimento de partidos operários de massas e o coroamento da conquista da cidadania (NETTO, 2011, p. 26 e 27).

O autor destaca que as demandas das categorias de trabalhadores e da população, sejam elas de cunho econômico, social ou político, que precisam ser resolvidas em um curto

prazo, podem ser atendidas ou resolvidas pelo Estado, mas que isso não é uma atitude “natural”, pois o objetivo principal dos monopólios são os superlucros, então, as demandas dos trabalhadores podem ser atendidas, desde que não entrem em conflito com os interesses diretos ou indiretos da maximização dos lucros.

O capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer nele seus interesses e suas reivindicações imediatas. E que este processo é todo ele tensionado, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz dimanar em toda a escala societária (NETTO, 2011, p. 29).

### 1.3 A Crise do Modelo

Nos últimos anos, particularmente a partir da década de 1970, o mundo passou a presenciar uma crise do sistema de produção capitalista (BEHRING, 2011). Essa crise trouxe impactos sobre os monopólios e impôs a necessidade de se repensar a estrutura produtiva, assim como as funções centrais do Estado.

Após um período próspero de acumulação de capitais, o auge do fordismo e do keynesianismo das décadas de 1950 e 1960, o capital passou a dar sinais de um quadro crítico, que pode ser observado por alguns elementos como: a tendência decrescente da taxa de lucro decorrente do excesso de produção; o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, a desvalorização do dólar, a crise do Welfare State ou do Estado de Bem Estar Social, a intensificação das lutas com greves e mobilizações de ruas e a crise do petróleo.

O que ocorreu em 1974-1975, foi uma crise clássica de superprodução, se observadas as tendências de longo prazo fundadas na lei do valor. O já presente agravamento do desemprego pela introdução de técnicas capital-intensivas e poupadoras de mão-de-obra, a alta dos preços de matérias-primas importantes, a queda do volume do comércio mundial, e um poder de barganha razoável dos trabalhadores empregados: todos esses são elementos que estão na base da queda da demanda global e da erosão da taxa média de lucros, de uma óptica marxista, no início dos anos 70 (BEHRING, 2011, p. 116).

Essas são as bases da crise dos anos 1970, que abrem as portas para o neoliberalismo. A partir daí, em respostas à crise, vai se estruturando esse novo modelo que vai atuar em várias frentes, seja política, econômica ou ideológica.

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno (Anderson, 1995, p.9).

Assim, que nos esclarece Wellen, sobre a opção da burguesia em optar pelo neoliberalismo como modelo para superar a crise e alcançar novamente as taxas de lucros,

Como consequência da crise do capitalismo, surgiram quedas nas taxas de acumulação e um profundo estado de recessão, apontando a necessidade de uma reestruturação produtiva para aumentar as taxas de exploração em vistas ao alcance de maiores taxas de lucros. Nesse sentido, como forma de sustentação política e ideológica desta proposta, a burguesia elegeu como mais eficiente a proposta neoliberal que estava sendo germinada desde o final da década de 1940 e que, finalmente, teria sua chance de mostrar serviço (WELLEN 2012, p. 38).

## 1.4 Neoliberalismo

Como temos abordado, a mundialização do capital é o resultado de ações econômicas e políticas.

No final dos anos de 1970, os preceitos neoliberais, professados pela Sociedade de Mont Pèlerin<sup>2</sup> na década de 1940, começaram a ser aplicados de maneira estruturada, em alguns países.

O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política (ANDERSON, 1995, p. 1).

O principal foco da política neoliberal é o ataque ao Estado, para recuperar as taxas de lucros e tem como características: privatização e mercantilização de áreas, para

---

<sup>2</sup>Hayek convocou aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião na pequena estação de Mont Pèlerin, na Suíça. Entre os célebres participantes estavam não somente adversários firmes do Estado de bem-estar europeu, mas também inimigos férreos do New Deal norte-americano. Na seleta assistência encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros. Aí se fundou a Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos.

extensão do capital; financeirização da dívida pública; administração das crises através de novas políticas sociais, como a transferência de renda.

Impôs-se, para tanto, uma dinâmica de desestruturação do Estado de Bem Estar Social, conquistado pelos trabalhadores, conforme advogam Behring e Boschetti:

Se o Estado social foi um mediador ativo na regulação das relações capitalistas em sua fase monopolista, o período pós- 1970 marca o avanço de ideias neoliberais que começam ganhar terreno a partir da crise capitalista de 1969-1973. Os reduzidos índices de crescimento com altas taxas de inflação foram um fermento para os argumentos neoliberais criticarem o Estado social e o “consenso” do pós guerra, que permitiu a instituição do Welfare State (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.125).

Diversos autores (BEHRING; BOSCHETTI 2011, ANDERSON 1995, NETTO; BRAZ, 2010) afirmam que o neoliberalismo surgiu logo depois da Segunda Guerra Mundial, com o propósito de reagir ao Estado intervencionista e de bem – estar, bem como preparar bases para um outro tipo de capitalismo – duro e livre de regras. Dessa forma, o objetivo principal era de tirar do Estado a responsabilidade das políticas sociais, como a educação, saúde, habitação.

o capitalismo contemporâneo particulariza-se pelo fato de, nele, o capital estar destruindo as regulamentações que lhe foram impostas como resultado das lutas do movimento operário e das camadas trabalhadoras. A desmontagem (total ou parcial) dos vários tipos de Welfare State é o exemplo emblemático da estratégia do capital nos dias correntes, que prioriza a supressão de direitos sociais arduamente conquistados (apresentado como “privilégios” de trabalhadores e a liquidação das garantias ao trabalho em nome da “flexibilização” já referida (NETTO; BRAZ, 2010, p. 225-226).

A estratégia do grande capital para garantir a implementação dessas políticas foi difundir inúmeras propagandas ideológicas, massificando o neoliberalismo (Netto; Braz 2010), pois segundo os próprios autores,

pela primeira vez na história do capitalismo, a palavra reforma perdeu o seu sentido tradicional de conjunto de mudanças para ampliar direitos; a partir dos anos oitenta do século XX, sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de contra-reforma(s), destinado à supressão ou redução de direitos ou garantias sociais (NETTO; BRAZ, 2010 p. 227).

Tal processo se recrudesceu e, a partir do final dos anos de 1970, ocorreu a hegemonia do neoliberalismo, quando seus princípios foram assumidos nos programas governamentais em diversos países da Europa e dos Estados Unidos. As políticas neoliberais trouxeram imensa modificação e impactos, especialmente nas políticas sociais, em diversos



aspectos da sociedade, na economia e na política. A Inglaterra foi um dos primeiros países em que foram implementadas as políticas neoliberais, inclusive com destaque para a repressão dos trabalhadores. Contudo, o primeiro laboratório neoliberal foi o Chile de Pinochet.

Aquele regime tem a honra de ter sido o verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea. O Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos. Tudo isso foi começado no Chile, quase um decênio antes de Thatcher, na Inglaterra. No Chile, naturalmente, a inspiração teórica da experiência pinochetista era mais norte-americana do que austríaca. Mas é de se notar que a experiência chilena dos anos 70 interessou muitíssimo a certos conselheiros britânicos importantes para Thatcher, e que sempre existiram excelentes relações entre os dois regimes nos anos 80. O neoliberalismo chileno, bem entendido, pressupunha a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós-guerra (ANDERSON, 1995, p. 9).

Foram vários elementos os de sucesso do neoliberalismo, pois suas metas sociais e políticas centrais se baseavam em ações contra os trabalhadores, na sua capacidade organizativa e na sua estrutura de produção. As políticas neoliberais impuseram formas mais elevadas de precarização, cooptaram e desvirtuaram as formas organizativas e criaram novas estratégias políticas. Podemos citar como exemplos disso: a precarização, instabilidade e terceirização da mão-de-obra; fragmentação da classe trabalhadora; heterogeneidade, dificuldades organizativas e políticas; feminização da força de trabalho; aumento do trabalho infantil e o preço da força de trabalho que é estabelecido de forma planetária. O preço do trabalho também se internacionalizou pela competitividade. Além de uma profunda desindustrialização dos países em desenvolvimento. Mas, em relação à economia, mesmo que tenha conseguido elevar as taxas de desigualdade – que também são premissas neoliberais – essa dinâmica não alcançou o resultado mais esperado pelos empresários: a retomada das taxas de lucratividade e a diminuição da rotação do capital.

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes. A tarefa de seus opositores é a de oferecer outras receitas e preparar outros regimes. Apenas não há como prever quando ou onde vão surgir. Historicamente, o momento de virada de uma onda é uma surpresa (ANDERSON, 1995, p. 13).

Dessa forma, a propalada “diminuição” do Estado neoliberal não passa de uma falácia. No neoliberalismo, ao contrário, estabelece-se a força do Estado, em alguns casos, como em alguns países da América Latina, na forma de ditaduras militares, para garantir suas mudanças de funções e de direcionamento.

É claro, portanto, que o objetivo real do capital monopolista não é a “diminuição” do Estado, mas a diminuição das funções coesivas, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um “Estado mínimo”, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um **Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital** (NETTO; BRAZ, 2010, p. 227).

Hoje, ainda estamos vivendo as consequências da crise dos anos 1970 do século passado, ressaltando o caráter “estrutural” ou “sistêmico” da crise atual e as diversas imposições neoliberais: da divisão internacional do trabalho; da reestruturação produtiva do trabalho e da classe trabalhadora; do fortalecimento do Estado – para servir ao capital; do controle dos recursos públicos a serviço do capital; da diminuição e redução dos direitos sociais; da isenção fiscal para o capital e da mudança na legislação para garantir o avanço do capital.

### 1.5 Hegemonia Internacional do Agronegócio no Campo

As empresas transnacionais, dentro da lógica de funcionamento do capitalismo, agora dominados pelo capital financeiro (IAMAMOTO, 2012), também atuam na agricultura e disputam o campo, caracterizando a ofensiva do capital internacional sobre o domínio da natureza, da produção e dos bens agrícolas (Stédile, 2013).

Para João Pedro Stédile (2013) nas últimas duas décadas,

[estamos] vivenciando uma nova fase do capitalismo, agora dominado pelo capital financeiro globalizado. Essa fase significa a acumulação do capital, das riquezas e se concentra basicamente na esfera do capital financeiro. Mas ele precisa controlar a produção das mercadorias (na indústria, nos minérios e na agricultura) e o comércio em nível mundial para poder apoderar-se da mais-valia produzida pelos trabalhadores agrícolas em geral.

As 50 maiores empresas agroindustriais de capital estrangeiro e nacional controlam praticamente toda a produção e o comércio das commodities agrícolas do Brasil (STÉDILE, 2013, p. 20).

Nessa fase, o capital financeiro internacional personifica a ideia do dinheiro, não aceita a regulação do Estado e não aceita uma sociedade diversa. Mas ainda que o capital seja incontrolável, é um produto histórico e, como tal, pode ser destruído a partir das lutas sociais.

O capital financeiro internacionalizado passou a controlar a agricultura através de vários mecanismos: o primeiro mecanismo foi através do excedente de capital financeiro, os bancos passaram a comprar ações de centenas de médias e grandes empresas que atuavam em diferentes setores relacionados com a agricultura e, a partir do controle da maior parte das ações, promoveram um processo de concentração das empresas que atuavam na agricultura. Em poucos anos, elas passaram a controlar os mais diferentes setores relacionados com a agricultura, como: comércio, produção de insumos em geral, máquinas agrícolas, agroindústrias, medicamentos, agrotóxicos, ferramentas e outros (STÉDILE 2013, p. 20).

Mas isso não para por aí, há uma ofensiva de fato de centralizar cada vez mais a agricultura, continuando os processos de controle cada vez mais claros e acentuados, que tem adesão de muitos governos em diversas partes do mundo,

O segundo mecanismo foi através do processo de dolarização da economia mundial. Isso permitiu que as empresas se aproveitassem de taxas de câmbios favoráveis, entrassem nas economias nacionais e pudessem comprar facilmente empresas e dominar mercados produtores e o comércio de produtos agrícolas. O terceiro mecanismo foi obtido por meio das regras do livre-comércio impostas por organismos internacionais, como a OMC, o BM, o FMI e acordos multilaterais, que normatizaram o comércio de produtos agrícolas de acordo com os interesses das grandes empresas e obrigaram os governos a liberalizarem o comércio desses produtos. Com isso, as empresas transnacionais puderam entrar em diversos países e controlar o mercado nacional dos produtos e insumos agrícolas em praticamente todo o mundo (STÉDILE, 2013, pp. 20 e 21).

Podemos fazer uma analogia ao ponto anterior e vemos que a forma de crescimento e expansão do capitalismo, não difere no campo. As ações são claramente de cunho neoliberal, inclusive envolvendo as classes sociais quando se trata dos empresários e rentistas e priorizando a grande produção capitalista,

O quarto mecanismo foi o crédito rural bancário. Em praticamente todos os países, o desenvolvimento da produção agrícola está cada vez mais dependente de insumos industriais e à mercê da utilização de créditos para financiar a produção. Esses créditos permitiram financiar a ofensiva desse modo de produção da “agricultura industrial” e suas empresas produtoras de insumos. Ou seja, os bancos financiaram a implantação e o domínio da agricultura industrial em todo mundo. Por último, na maioria dos países, os governos abandonaram as políticas públicas de proteção do mercado agrícola nacional e da economia camponesa. Liberalizaram os mercados e aplicaram políticas neoliberais de subsídios justamente para a grande produção agrícola capitalista (STÉDILE, 2013, p. 21-22).

A implementação desse controle através das empresas transnacionais e do capital financeiro na agricultura, nos permite analisar a situação e as consequências dessa ação para a agricultura, tais como:

houve uma imposição da propriedade privada das empresas sobre os bens da natureza, em especial sobre as sementes modificadas geneticamente, e recentemente, sobre as fontes de água potável para a população e reservatórios para energia ou irrigação. Também há uma ofensiva na tentativa de privatizar territórios no hemisfério Sul que detém riqueza da biodiversidade vegetal e animal.

Está em curso uma perigosa padronização dos alimentos humanos e animais em todo o mundo. A humanidade está sendo induzida a alimentar-se cada vez mais com verdadeiras “rações” padronizadas pelas empresas. A comida se transformou numa mera mercadoria, que precisa ser consumida de forma massiva e rapidamente. Isso traz consequências incalculáveis para a destruição de hábitos alimentares locais, e riscos para a saúde humana e dos animais (STÉDILE, 2013, p. 25).

São vários os fatores apresentados por Stédile, que comprovam que as consequências desse processo são drásticas e não são apenas para a agricultura ou para quem vive nela, mas para o conjunto das sociedades, pois acarreta na perda da soberania nacional, com a privatização da terra, da água, das florestas e da biodiversidade.

Há um processo generalizado em todo o mundo de perda da soberania dos povos e dos países sobre os alimentos e o processo produtivo em decorrência da desnacionalização da propriedade das terras, das empresas, das agroindústrias e do comércio, da tecnologia, colocando em risco a soberania nacional como um todo. Já existem mais de 70 países que não conseguem mais produzir o que seus povos precisam para se alimentar (STÉDILE, 2013, p. 25/26).

Além da perda da soberania nacional, Stédile (2013) cita, como consequências dessas políticas neoliberais, a alteração dos lençóis freáticos e o despovoamento do interior dos países. A primeira delas causada pelos extensivos cultivos de árvores homogêneas para a produção de celulose, madeira ou agroenergia; e o despovoamento como resultado do uso de agrotóxicos e de uma forte mecanização, que prescinde da força de trabalho camponesa e expulsa essa população da área rural.

A Organização das Nações Unidas para Agricultura – FAO - revelou que mais de 1 bilhão de seres humanos passam fome todos os dias. “Pela primeira vez na história da humanidade atingimos tal magnitude de famintos” (Stédile, 2013). O que estamos vendo agora é uma avalanche das políticas neoliberais para o campo. O capital obtendo um nível de controle dos bens da natureza, implantando-se em grandes áreas para cultivos de culturas que

afetam e destroem o meio ambiente e acarretam a impossibilidade de uma agricultura com camponeses.

Em relação à utilização de agrotóxicos no Brasil, citamos fragmentos do relatório do Instituto Nacional do Câncer – INCA, de 2015, em que está claro que

os agrotóxicos são produtos químicos sintéticos usados para matar insetos ou plantas no ambiente rural e urbano. No Brasil, a venda de agrotóxicos saltou de US\$ 2 bilhões para mais de US\$7 bilhões entre 2001 e 2008, alcançando valores recordes de US\$ 8,5 bilhões em 2011. Assim, já em 2009, alcançamos a indesejável posição de maior consumidor mundial de agrotóxicos, ultrapassando a marca de 1 milhão de toneladas, o que equivale a um consumo médio de 5,2 kg de veneno agrícola por habitante (INCA, 2015).

A utilização das sementes transgênicas, permitidas no Brasil e em vários outros países, também contribuem para o aumento da utilização de agrotóxicos, o que podemos ver na sequência do relatório do INCA:

É importante destacar que a liberação do uso de sementes transgênicas no Brasil foi uma das responsáveis por colocar o país no primeiro lugar do ranking de consumo de agrotóxicos, uma vez que o cultivo dessas sementes geneticamente modificadas exigem o uso de grandes quantidades destes produtos. O modelo de cultivo com o intensivo uso de agrotóxicos gera grandes malefícios, como poluição ambiental e intoxicação de trabalhadores e da população em geral. As intoxicações agudas por agrotóxicos são as mais conhecidas e afetam, principalmente, as pessoas expostas em seu ambiente de trabalho (INCA, 2015).

O INCA (2015) ainda ressalta que os resíduos de agrotóxicos não estão apenas nos alimentos in natura, podemos encontra-los ainda, nos alimentos processados pela indústria, nos derivados de animais que se alimentam de ração e em todas as fontes de recursos vitais. “O foco essencial está no combate ao uso dos agrotóxicos, que contamina todas as fontes de recursos vitais, incluindo alimentos, solos, águas, leite materno e o ar”.

Para o Instituto, é grave o fato do Brasil ainda realizar pulverizações aéreas de agrotóxicos, que ocasionam dispersão destas substâncias pelo ambiente, contaminando amplas áreas e atingindo populações. A isenção de impostos que o país continua a conceder à indústria produtora de agrotóxicos torna-se um grande incentivo ao seu fortalecimento, que vai na contramão das medidas protetoras sugeridas pelo INCA. E, ainda, o fato de o Brasil permitir o uso de agrotóxicos já proibidos em outros países, são questões que merecem destaque devido ao grande impacto que representam.

Em relação à terra, podemos citar também o exemplo do Brasil, apesar de nos últimos anos os governos terem feito a propaganda que estão realizando a Reforma Agrária, nos deparamos com os seguintes dados:

Nos últimos 10 anos, houve um processo acelerado de concentração da propriedade da terra. O índice de Gini, em 2006, estava em 0,854, que é maior inclusive do que em 1920, quando havíamos acabado de sair da escravidão. Nas estatísticas do cadastro do INCRA<sup>3</sup>, vê-se que entre, 2003 e 2010, as grandes propriedades passaram de 95 mil unidades para 127 mil unidades, e a área controlada por ela passou de 182 milhões de há para 265 milhões de há em apenas oito anos (STÉDILE, 2013, p. 28/29).

Esse modelo implementado parece fictício, mas não é, tem nome, forma e método de agir. É o agronegócio, que tem atuação de cunho internacional, tem articulações nos diferentes espaços da sociedade e atua intensivamente na disputa ideológica do conjunto das sociedades,

Construiu-se uma aliança maquiavélica nos países do sul entre os interesses dos grandes proprietários de terra, latifundiários e fazendeiros capitalistas crioulos, e as empresas transnacionais. Essa aliança está impondo o modo de agricultura industrial de forma muito rápida e concentrando a propriedade da terra de forma assombrosa. É o processo do agronegócio, com parceria ideológica de classe com os meios de comunicação da burguesia, que fazem sua defesa e propaganda permanente como único projeto possível, moderno e insubstituível. E há uma simbiose entre os grandes proprietários dos meios de comunicação, as empresas do agronegócio, as verbas de publicidade e o poder econômico (STÉDILE, 2013, p. 26 e 30).

---

<sup>3</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Iamamoto já chamava atenção anteriormente de que a implementação desse modelo depende fundamentalmente da “captura” dos Estados nacionais (2012). É também nesse sentido que se posiciona Stédile:

A maior parte dos governos, embora eleitos em processos eleitorais tidos como democráticos, é na verdade conduzida pela força da lógica do capital e por todo tipo de manipulação midiática, resultando em governos servis a esses interesses. Suas políticas agrícolas têm sido totalmente subalternas aos interesses das empresas transnacionais. Abandonaram o controle do Estado sobre a agricultura e os alimentos, as políticas públicas de apoio aos camponeses e à soberania alimentar e a preservação do meio ambiente local (STÉDILE, 2013, p. 31).

A primeira impressão que os meios de comunicação tenta passar é que esse modelo seria um modelo “moderno”, já que estamos falando da atualidade do século XXI, mas trata-se, na verdade, de formas retrógradas, atrasadas e extremamente conservadoras, pois são formas modernas de retroceder nos padrões societários e de conquistas sociais e trabalhistas, causando indignação em grande parte da sociedade.

Em diversos países tem ressurgido formas de trabalho análogas ao trabalho escravo e a superexploração, nas quais os salários não são suficientes para a reprodução humana e os trabalhadores ficam sempre devendo aos “patrões”. Aumenta a exploração do trabalho feminino e infantil, sobretudo nos períodos de colheita de produtos que exigem muita mão-de-obra, estimulando a migração de trabalhadores temporários, sem lhes garantir nenhum direito social (STÉDILE, 2013, p. 37).

Para a Via Campesina, para a sociedade e especialmente para os Movimentos que fazem lutas pela terra, não tem como falar de Reforma Agrária sem discutir e entender a relação entre o modelo de desenvolvimento agrícola e agrário, articulado e determinado pelos principais Organismos Internacionais, fruto dessas novas transformações, como o Banco Mundial – BM, o Fundo Monetário Internacional FMI, e a Organização Mundial do Comércio – OMC nas últimas décadas no mundo, fortemente implementadas pelos governos, especialmente na América Latina e com destaque na América do Sul.

Esse modelo tem forte apelo à forma histórica de desenvolvimento adotado, se não de forma unânime, mas pela maioria dos governos vigentes na região. De acordo com João Márcio Mendes Pereira, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em sua dissertação de mestrado,

desde o início da década de 1990 aos dias atuais, o Banco Mundial (BM) vem promovendo uma ofensiva cada vez mais intensa e articulada no sentido de estimular a criação, pelos governos nacionais, de políticas agrárias ajustadas aos

parâmetros neoliberais, especialmente na América Latina, na Ásia e no antigo bloco socialista (PEREIRA, 2009, p. 279).

Para Pereira, essa ofensiva tem vários sentidos, com sérias iniciativas tomadas pelo capital desde mercantilizar a terra até aliviar seletivamente a pobreza rural:

mercantilizar o acesso à terra, por meio da mudança do aparato estatal, a fim de favorecer o livre fluxo de força de trabalho no campo, estimular o investimento privado na economia rural e potencializar a integração subordinada de parcelas pontuais do campesinato ao circuito agroindustrial, comandado por grandes e médias empresas; aliviar seletivamente a pobreza rural, especialmente em situações em que as tensões sociais no campo possam atingir níveis preocupantes para a segurança do capital privado e/ou a manutenção da ordem política vigente (Idem).

Pereira levanta cinco razões principais que teria levado o Banco Mundial a preocupar-se com o tema da política agrária, depois de ter sido praticamente abandonada nos anos de 1980.

a) a oportunidade de despolitizar o tratamento do problema agrário existente em grande parte dos países do sul; b) a necessidade de liberalizar os mercados fundiários, por meio da eliminação de barreiras legais à compra e venda e ao arrendamento de terras, a fim de atrair o capital privado (nacional e internacional) e, assim, elevar a produtividade agrícola; c) a necessidade de dar respostas aos conflitos agrários e, em alguns casos, a ações de movimentos sociais pró-reforma agrária, com o objetivo de garantir a segurança do regime de acumulação dominante de propriedade da terra; d) a necessidade de criar programas sociais compensatórios no campo em resposta aos efeitos socialmente regressivos das políticas de ajuste estrutural; e) a necessidade de estimular a mercantilização total das terras rurais nas sociedades do antigo bloco soviético, a fim de consolidar sua transição ao capitalismo e acelerar sua inserção subordinada na globalização financeira (PEREIRA, 2009, p. 280).

Essa política do Banco Mundial tem consistência em linhas de ações definidas, sendo que, do conjunto de iniciativas, a que teve maior relevância foi a implementação do Modelo de Reforma Agrária de Mercado – MRAM, com um elemento importante da estratégia do Banco Mundial de maximizar as relações de compra e venda como meio preferencial de acesso à terra pelo campesinato pobre (PEREIRA, 2009). Esse modelo iniciou-se sob diferentes formatos, em 1994, na Colômbia e em 1997 na África do Sul, Brasil e Guatemala, inspirando a criação de programas dessa natureza em diversos outros países e continentes.

Ainda de acordo com Pereira, para legitimar o MRAM, o Banco Mundial efetuou duas operações simultâneas:



De um lado, procedeu a uma crítica radical ao que ele mesmo denominou de reforma agrária “conduzida pelo estado”, baseada no instrumento da desapropriação de propriedades rurais improdutivas que não cumprem com sua função social; de outro, trabalhou para que o MRAM fosse aceito política e conceitualmente como uma modalidade específica de reforma agrária redistributiva. Com esse duplo movimento, o BM continuou a reconhecer a necessidade de uma reforma agrária para desconcentrar a propriedade da terra em sociedades altamente desiguais, mas passou a negar a atualidade da ação desapropriacionista e redistributiva do Estado. Na visão do BM, o MRAM poderia dar origem a uma “reforma agrária menos nociva ao funcionamento dos mercados” (PEREIRA, 2009, p. 281).

No Brasil, as experiências com os programas orientados pelo MRAM, foram muito efetivas durante o governo de FHC e foram das mais abrangentes em nível internacional (Pereira, 2006). Esse governo conseguiu implementar em escala considerável essa proposta política do Banco Mundial de querer descentralizar a terra, mas com uma política de mercado e não com ações efetivas do Estado de desapropriação, de penalização do latifúndio por descumprir a função social da terra. Dessa forma é clara a intenção do Banco Mundial, no que caracteriza a construção do MRAM,

é rebaixar politicamente a própria definição de reforma agrária, alargando-a de tal maneira que até mesmo programas de financiamento à compra e venda de terras entre agentes privados passam a ser considerados “modalidades” de reforma agrária redistributiva. (PEREIRA, 2006, pag. 297).

Como estratégia para implementação do MRAM, no Brasil, Pereira (2008, p. 298) afirma que “a política pró-mercado de terras andou lado a lado com a coerção estatal e a disputa ideológica na sociedade”, através da criminalização das ocupações de terras e da desqualificação moral das ações autônomas dos movimentos sociais.

A partir da pesquisa do autor, ficam explícitas as principais razões de implementação do MRAM no Brasil, dialogando com a realidade de outros países e continentes onde foi experimentado,

O MRAM foi introduzido no Brasil como uma espécie de “braço agrário” de políticas compensatórias, já em curso no meio rural, destinadas a aliviar seletivamente a deterioração socioeconômica provocada ou agudizada pelas políticas públicas de ajuste estrutural. Politicamente, o objetivo do governo federal e do BM era diminuir a pressão provocada pelas ocupações de terra e a ascensão política dos movimentos sociais, introduzindo um mecanismo de mercado que pudesse disputar a adesão de trabalhadores sem-terra (PEREIRA, 2009, p. 286).

Nesse contexto, analisaremos as lutas pela Reforma Agrária da Via Campesina, porque a partir dos diversos autores citados, como Iamamoto, Stédile e Pereira, fica claro que houve uma imposição capitalista no modelo de desenvolvimento do campo, a exemplo do que

assinala Pereira sobre a implementação do MRAM: “Trata-se de uma disputa político-ideológica com os movimentos sociais camponeses, especialmente aqueles aglutinados na Via Campesina, que têm outra visão de mundo e defendem outras propostas para o campo”.

Contudo, se ocorreu uma imposição de práticas e políticas capitalistas que, sob a hegemonia do capital financeiro, serviu tanto para ampliar a exploração dos trabalhadores como para retroceder em suas conquistas sociais, não se pode afirmar que os integrantes dessa classe ficaram paralisados. Na verdade, seguindo a máxima da luta de classes, em que os campos em disputa respondem às agressões adversárias, do lado dos trabalhadores surgiram vários movimentos de resistência. Um desses foi a organização e constituição da Via Campesina Internacional, e queremos analisar se com isso, houve mudanças nas formas de lutas pela Reforma Agrária da Via Campesina, na região da América do Sul.

## **CAPITULO II - ORIGEM DA VIA CAMPESINA**

### **2.1 Contexto de surgimento e nascimento da Via Campesina**

Como vimos no capítulo anterior, o que levou à formação e ao nascimento da Via Campesina, foram os impactos do avanço do neoliberalismo no campo, a liberalização dos mercados agrícolas, a criação da OMC e as políticas do FMI e BM com as devidas consequências para o campo e agricultura, em todo o mundo.

Para autoras como Flávia Braga Vieira e Desmarais (VIEIRA, 2011 e DESMARAIS, 2007), a partir dos anos de 1980, ocorreu uma crescente mercantilização e internacionalização na agricultura. Para elas, a principal característica do processo seria uma forte concentração do sistema de produção de alimentos nas mãos de poucas empresas multinacionais do setor seja como geradoras, elas próprias, da sua produção ou como contratadoras da mão-de-obra de agricultores, integrando-os todos ao mesmo sistema, de forma que os pequenos agricultores permaneçam subordinados.

Essa concentração não seria apenas na produção, mas também na distribuição dos produtos, acabando por homogeneizar até mesmo o consumo de alimentos no mundo. A concentração se estenderia para a concentração de terras e seu resultado seria a expulsão de trabalhadores do campo ou o empobrecimento e total dependência dos pequenos agricultores em relação às grandes empresas capitalistas. Com a manipulação genética de alimentos, esse poder teria aumentado mais ainda.

As autoras afirmam que as mudanças no mundo rural estão incluídas, portanto, no formato recente do capitalismo global, na chamada globalização neoliberal. Em resposta a essa nova tendência de expansão capitalista no campo, estaria ocorrendo um ressurgimento dos movimentos sociais em vários países e regiões do mundo.

Em decorrência das possibilidades de articulação, contato e intercâmbio que se desenvolveram em nível internacional no contexto da globalização, surgiu, então uma organização internacional de camponeses: La Vía Campesina(VIEIRA, 2012,p.174).

A Via Campesina surgiu em um contexto econômico, político e social que estava minando a capacidade dos agricultores e camponeses no mundo todo de manterem o controle sobre a terra e sementes, destruindo os saberes e as culturas locais. Nesse fenômeno, dois elementos foram fundamentais para entender o surgimento da Via Campesina: a globalização do modelo de agricultura industrial moderna por um lado e, a busca de uma abordagem alternativa de desenvolvimento, empreendida pelos setores mais atingidos por esse modelo dominante, isto é, os próprios camponeses (DESMARAIS, 2007, p. 51).

A passagem abaixo, de João Pedro Stédile, é bastante clara sobre o contexto de surgimento da Via Campesina, identificando o processo de avanço do modelo e a necessidade dos camponeses se organizarem em nível internacional.

E os camponeses e trabalhadores da agricultura, suas formas de lutas e organização perpassaram a evolução do capitalismo, baseando-se fundamentalmente em articulações regionais ou no máximo nacionais. Apenas no final do século XX, quando o capitalismo entrou numa nova fase dominada pelo capital financeiro e pelas corporações transnacionais – as quais passaram a dominar a agricultura –, surgiu a necessidade desse setor da sociedade de atuar em escala internacional. Desta nova realidade, nasceu a Via Campesina Internacional, uma articulação mundial de camponeses e trabalhadores da agricultura (APUD, DESMARAIS, 2007, p.2).

Fica, pois, evidenciado o contexto de surgimento da Via Campesina:

A Via Campesina surge no momento de consolidação de um sistema que vinha se delineando desde o pós-Segunda Guerra Mundial, o qual inclui a produção intensiva e mecanizada, a padronização dos produtos em escala mundial, a concentração da cadeia produtiva nas mãos de grandes empresas multinacionais. A financeirização global da atividade agrícola, a privatização e concentração de bens historicamente considerados públicos ou comunais como a terra, a água e o patrimônio genético. Por fim, o surgimento da Via Campesina se dá no contexto da eclosão de expressivos protestos que questionam exatamente os novos formatos do capitalismo mundial (VIEIRA, 2007, p. 179).

Nesse cenário, que trouxe em seu escopo, a liberalização dos mercados agrícolas, a criação da OMC e as políticas do FMI e do Banco Mundial, surge a Via Campesina, buscando “uma resposta dentro do contexto econômico, político e social” para as políticas que passaram a impedir os camponeses “de controlar suas terras e suas sementes”; e, ainda, buscando uma resposta às ameaças “do desaparecimento do conhecimento local e das culturas rurais pela globalização de um modelo industrial de agricultura”. (VIA CAMPESINA. A articulação Internacional de camponeses. Relatório organizativo da VI Conferência, 2013.)

## **2.2 O que é a Via Campesina e sua estrutura de funcionamento**

A Via Campesina é um movimento internacional de coordenação e lutas de camponeses e camponesas, pequenos e médios agricultores, mulheres do campo, povos indígenas, sem terras, jovens do campo, pescadores artesanais, povos afrodescendentes, trabalhadores agrícolas e assalariados rurais. É um movimento autônomo, plural, multicultural, independente, sem nenhuma filiação política, econômica ou de outro tipo. Está formado por organizações nacionais e regionais, cuja autonomia é cuidadosamente respeitada.

Luta em defesa da agricultura camponesa e o caráter estratégico da luta é pela soberania alimentar, pela Reforma Agrária Integral, pela igualdade de gênero, pela defesa e cuidado da terra e do território, pela defesa dos bens naturais, das sementes como patrimônio dos povos, da agroecologia e da biodiversidade. Enfim, que a agricultura seja feita pelos camponeses (VIA CAMPESINA, 2013).

A Via Campesina desenvolve a luta permanente contra as transnacionais, o modelo dos agronegócios e a agricultura industrial que atentam contra os direitos da vida, do planeta e dos povos do campo. Tem caráter anticapitalista, antineoliberal, antipatriarcal e anti-imperialista, e se compromete com a construção de movimentos sociais de massas e de lutas.

Fazem parte da Via Campesina mais de 150 organizações de mais de 70 países, organizadas em 09 regiões orgânicas: Europa, Nordeste e sudeste da Ásia, Sul da Ásia, África I, África II, América do Norte, Caribe, América Central e América do Sul (Via Campesina, 2013)<sup>4</sup>.

As instâncias organizativas da Via Campesina procuram manter uma estrutura dinâmica e descentralizada com os seguintes espaços: **Conferência Internacional** – que é o órgão máximo de tomada de decisões e se reúne a cada 4 anos; **Conferência Intermédia** – é a instância intermediária e se realiza ordinariamente a cada dois anos da última conferência; **Assembleia Internacional de Mulheres** – se reúnem previamente às conferências, não simultaneamente, sendo que os acordos e linhas políticas devem ser assumidas como parte do todo da conferência; **Assembleia Internacional de Jovens** – tem a mesma definição da assembleia de mulheres; **Regiões** – são orgânicas para operacionalizar as resoluções e o desenvolvimento do plano de ação e contam com coordenações regionais e secretarias regionais para facilitar a comunicação e a articulação política e organizativa; **Comissão de Coordenação Internacional/CCI** – é a instância de condução política da Via Campesina e de coordenação nas regiões. A CCI é composta por dois dirigentes – uma mulher e um homem de cada região, que são escolhidos entre as organizações membras em suas respectivas instâncias regionais. Reúnem-se duas vezes ao ano, em países diferentes, onde há movimentos membros; **Coletivos**<sup>5</sup> – coordenam toda parte específica das áreas principais e campanhas; **Secretaria Operativa Internacional e as secretarias regionais** – garantir a coordenação, articulação, comunicação e seguimento entre as regiões e coletivos de trabalho a

---

<sup>4</sup> Para maiores informações, ver Desmarais 2007, Vieira 2011 e relatório “La estructura y funcionamiento interno de La Via Campesina, mayo 2013”.

<sup>5</sup> Essa instância será discutida com mais detalhes no decorrer do trabalho.

nível internacional; gestar os recursos necessários para o funcionamento da agenda política/organizativa da Via Campesina e assumir as tarefas e responsabilidades que lhes são conferidas pelo CCI.

### **2.3 Nascimento da Via Campesina**

A gestação da Via Campesina inicia-se na Nicarágua, em 1992, quando vários dirigentes camponeses, da América latina e Europa, reuniram-se em Manágua, para participar da realização do Congresso da União Nacional de Agricultores e Pecuáristas - Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos – UNAG. A partir da visão de que estavam tendo os mesmos problemas globais, relacionados à agricultura, surge a ideia e proposta de ter uma voz camponesa.

A ideia de uma organização mundial de camponeses surge, então, em abril de 1992 em Manágua(Nicarágua), dois anos depois da derrota eleitoral dos sandinistas, quando vários líderes camponeses da América Central, América do Norte e Europa foram convidados para o Congresso da Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos (Unag). Alguns dirigentes identificam que esse foi o ponto de partida para a criação da Via Campesina (VIEIRA, 2011. Pag. 188).

Em maio de 1993, durante a realização de um encontro de 55 organizações camponesas de 36 países, sobre a temática agrária, organizado pela Fundação Paulo Freire, foi realizada a Primeira Conferência da Via Campesina em Mons, na Bélgica, durante a qual a Via Campesina foi constituída como organização mundial e foram definidas as primeiras linhas estratégicas de trabalho, bem como suas estruturas.

Os dirigentes da Via Campesina afirmam que os processos que vinham ocorrendo desde os anos 1980, possibilitaram um ambiente em Mons que levou à criação da Via Campesina. (...)Na Europa, desde 1986, já havia sido criada a Coordenação Camponesa Europeia. Na América Latina, o Congresso de fundação da Cloc já estava marcado para o ano seguinte, culminando as articulações que se desenvolveram desde 1989, com a Campanha dos 500 anos. A força das formulações europeias, juntamente com o expressivo movimento de massas latino-americano criou e consolidou a Via Campesina (VIEIRA, 2011. Pag. 190).

A Segunda Conferência Internacional realizou-se em Tlaxcala – México, em abril de 1996, da qual participaram 37 países e 69 organizações nacionais e regionais, que analisaram uma série de temas que são preocupação central dos médios e pequenos agricultores, tais como: reforma agrária, soberania alimentar, crédito e dívida externa, tecnologia, participação das mulheres, desenvolvimento rural, entre outros.

Durante a Segunda Conferência, é declarado o dia 17 de Abril como dia Internacional da Luta Camponesa, em homenagem aos companheiros que tombaram no massacre de Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará, Brasil. Marcando essa data como o dia de luta pela terra e resistência dos camponeses.

Já a Terceira Conferência, foi em novembro de 2000, em Bangalore – Índia, e contou com mais de 100 delegados de organizações camponesas de 40 países.

Diz o documento interno:

A Via Campesina é um Movimento em expansão e consolidação e pela sua natureza é uma organização politicamente complexa, pluricultural, com ampla cobertura geográfica, projetando-se como uma organização da mais alta representatividade de pequenos e médios produtores a nível mundial (VIA CAMPESINA, documento interno, 2000).

A Quarta Conferência teve lugar em Itaici, São Paulo, com a participação de mais de 400 delegados, de 76 países, em 2004. Nesta conferência, outras 40 novas organizações de base se incorporaram à Via Campesina, a África foi incorporada como a oitava região e a Secretaria Operativa Internacional que estava em Honduras, foi transferida para Jacarta – Indonésia (VIEIRA, 2011).

Já a quinta Conferência realizou-se em Moçambique, em outubro de 2008. Percebe-se, nesse momento, um crescimento considerável da Via Campesina Internacional, pois a conferência contou com a participação de mais 500 participantes como delegados, de 57 países e 215 organizações. Consolida-se mais uma região da África, agora participam África I e África II, devido à importância do continente do ponto de vista da participação dos camponeses e dos enfrentamentos com o modelo de desenvolvimento vigente, que investe na disputa mais acirrada dos bens naturais. Participei dessa conferência, desde as preparações na região da América do Sul, com encontro de formação em Rosário, Argentina, juntamente com a representação dos diversos movimentos que a compõe.

Por último, realizou-se em Jacarta – Índia, em junho de 2013, a VI Conferência Internacional – Egídio Brunetto)<sup>6</sup>, com 183 organizações, de 88 países, representando cerca de 200 milhões de camponeses no mundo. Tendo por base o chamado da VI Conferência: “Viemos à Ásia, a região com maior número de agricultores do mundo, celebrar as nossas primeiras duas décadas de lutas”, pode-se afirmar que a organização já está nos marcos dos 20

---

<sup>6</sup> Egídio foi fundador do MST, era membro coordenador da Via Campesina e foi morto em um trágico acidente de automóvel, no estado do Mato Grosso do Sul, onde vivia e atuava.

anos de construção e ampliação da participação dos camponeses e camponesas (VIA CAMPESINA, Declaração da VI Conferência, 2013).

No continente americano, além das regiões que fazem parte da Via Campesina Internacional – Região Norte, Caribe, Centro América e Região Sul - há um agrupamento dessas regiões formando a Coordenação Latino Americana de Organizações do Campo – CLOC, que também está nos marcos dos 20 anos e realizou seu sexto Congresso, em abril de 2015, em Buenos Aires, Argentina.

Outro elemento importante no contexto de surgimento da Via Campesina é a Campanha dos 500 anos na América Latina e a própria CLOC, que é resultado dos encontros continentais e articulações que fizeram os trabalhadores nos marcos da Campanha 500 anos, tendo um peso considerável na articulação camponesa nesse período, especialmente na década de 1980.

Nesse processo, a Campanha “500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular” foi o centro articular de organizações que há algum tempo mantinham relações e que, nesse momento consolidam experiências de luta conjunta. A campanha se desenvolveu entre os anos 1989 e 1992 como parte da reflexão sobre os 500 anos da chegada de Colombo à América. Os movimentos sociais envolvidos na Campanha organizaram quatro Encontros Continentais (BRAGA, 2011, pag.183).

Essas articulações, fizeram com que houvesse uma série de encontros das organizações camponesas e debates específicos sobre a realidade que viviam, levando a conclusão que deveriam se organizar em nível continental para enfrentar os desafios postos, desde o campesinato até os indígenas.

(...) Em Vitória (Brasil), além dos debates e reflexões que pudessem capacitar os movimentos sociais para intervir no processo da Cúpula do Rio, foi decidido a criação de uma organização de camponeses em nível continental. Dois anos depois, em 1994, foi criada a Coordenação Latinoamericana de Organizaciones del Campo (Cloc) (VIEIRA, 2011. Pag 184).

A fundação dessa organização trouxe maior capacidade organizativa e de agrupamento aos diversos movimentos sociais do campo no continente, especialmente aos camponeses e indígenas, sem o caráter apenas de articulação ou federativo, fortalecendo o processo de raiz de gestação da Via Campesina em nível internacional.

O surgimento dessa nova organização é a consolidação do processo de lutas camponesas no continente. No congresso de fundação em Lima (Peru) em fevereiro de 1994 estiveram presentes 84 organizações de 18 países da América Latina e Caribe. Desde então, a Cloc organizou congressos, cursos de formação, encontros



temáticos, campanhas e processos de lutas conjuntas. O processo ocorreu paralelo à formação da Via Campesina Internacional (VIEIRA, 2011, p. 185).

A CLOC é um movimento continental de coordenação de mulheres e homens do campo, em defesa dos direitos humanos, econômicos, culturais, sociais e políticos dos povos e participa organizadamente na defesa da produção e vida camponesa e da propriedade social e comunitária da terra e dos bens naturais, assumindo a luta de classes como um meio para conseguir uma sociedade democrática e plural sem explorados e exploradores, soberana e independente.

Esse movimento prioriza a defesa da agricultura camponesa e o caráter estratégico da luta por soberania alimentar, a reforma agrária integral, a igualdade de gênero, o cuidado da mãe terra, a defesa dos bens naturais, das sementes como patrimônio dos povos, a agroecologia e biodiversidade, e uma agricultura em que esteja contemplado o campesinato.

Nesse sentido, a CLOC desenvolve e promove luta contra as transnacionais e o modelo dos agronegócios e agricultura industrial, que atentam contra os direitos da vida, das campesinas e camponeses.

Após a fundação da Via Campesina, em 1993, na Bélgica, passaram-se mais de 20 anos, duas décadas de dedicação e esforços para dar unidade aos camponeses do mundo e para realizar trabalhos em temas específicos considerados mais importantes, diante do avanço do modelo identificado pelo conjunto da organização. Nesse sentido, houve até os dias de hoje, seis conferências que foram moldando e consolidando esse processo, como citadas acima.

## **2.4 Objetivos da Via Campesina e os principais temas de trabalho**

Segundo os documentos internos, os objetivos principais da Via Campesina se baseiam em: “desenvolver a solidariedade, a unidade na diversidade entre as organizações membras para promover as relações econômicas de igualdade, de paridade de gênero, de justiça social, a defesa e conquista da terra, da água, das sementes e outros bens naturais”; bem como: “a soberania alimentar, a produção agrícola sustentável e uma igualdade baseada na produção da pequena e média escala” (VIA CAMPESINA, 2007 e 2013).

No detalhamento de seus objetos, a Via Campesina afirma querer influenciar os centros de poder e de tomada de decisão dentro dos governos e nas instituições multilaterais para dar um rumo diferente às políticas econômicas e agrárias que afetam a pequena e média produção (VIEIRA, 2011. Pag. 200).

No regulamento interno de 2008, aprovado na V Conferência, em Moçambique, é afirmado:

O objetivo principal da Via Campesina é defender os interesses dos/as camponeses/as, homens, mulheres, migrantes e indígenas, e lutar contra o modelo de produção agroexportador controlado pelos interesses empresariais e contra toda forma de exploração, submissão e deslocamentos forçados (VIA CAMPESINA, 2009. Pag. 83).

A Via Campesina desenvolve seu trabalho a partir dos seguintes temas, que são como eixos de trabalho, desenvolvidos pelos Coletivos organizados internacionalmente e nas regiões: luta pela reforma agrária e mudanças no campo; soberania alimentar e comércio internacional; gênero e direitos humanos; agricultura camponesa sustentável e biodiversidade, biosegurança e recursos genéticos. Sendo que para cada um desses temas, definem-se objetivos, prioridades e plano de ação.

Os Coletivos de trabalho definidos na última Conferência são: 1. Terra, água e território – que é responsável também pela campanha de Reforma Agrária e contra as transnacionais; 2. Agricultura Camponesa e Biodiversidade – responsável pelas campanhas de sementes e contra os agrotóxicos; 3. Direitos humanos – que está construindo o debate e conceito dos Direitos dos Camponeses na Organização das Nações Unidas – ONU<sup>7</sup>; 4. Migrações e Assalariados Agrícolas; 5. Formação e Educação; 6. Comunicação; 7. Articulação das Mulheres – responsável pela campanha de não violência contra as mulheres.

Segundo constatação dos materiais orgânicos, cada coletivo tem um método de trabalho e captação de recursos para o desenvolvimento de suas atividades. Mas todos, programam reuniões de caráter internacional nas quais normalmente participam pessoas responsáveis pelo continente; depois, há reuniões em cada região, de forma que a participação é mais ampliada e chegando aos países e movimentos de forma massificada. Os coletivos também realizam oficinas, intercâmbios, cursos de formação e debates com o tema específico que coordenam, e dessa forma realizam seus planos de trabalho e ações que devem permear as mais diferentes organizações de que fazem parte. Faz parte também da estratégia, não fazer ações somente internamente, mas realizar debates e buscar contatos e parcerias com outros setores da sociedade, no intuito de ampliar a conquista dos corações para os temas defendidos,

---

<sup>7</sup> Para maiores informações, ver [www.viacampesina.org](http://www.viacampesina.org)

assim como ações de pressão e denúncias aos governos e instituições internacionais, que têm responsabilidades sobre os temas.

## **2.5 A Reforma Agrária nas Conferências**

Analizamos os documentos finais de cada Conferência para, assim, ver com foi tratado o tema da Reforma Agrária e da luta pela terra, em cada uma delas. Na primeira Conferência, o tema aparece não de forma tão clara, dado que a prioridade era a constituição do Movimento da Via Campesina, e se trata mais pelo viés da defesa dos direitos dos camponeses: de viver no campo, de autonomia de suas organizações, a ter uma agricultura diversificada com prioridade à produção de alimentos saudáveis, respeito ao meio ambiente e equidade no acesso à terra. Também já falavam no direito de cada país em definir sua própria política agrícola de acordo com os interesses nacionais e em acordo com as organizações camponesas e indígenas.

Na segunda Conferência em Tlaxcala, México, com o propósito de reafirmar o compromisso com as metas vitais dos povos, os representantes de 69 organizações de 37 países se reuniram entre os dias 18 e 21 do mês de abril de 1996 e exigiram uma Reforma Agrária autêntica, que devolva seus territórios aos povos indígenas, que se outorgue aos camponeses sem terra e aos pequenos agricultores o controle da terra em que trabalham. Foi durante a realização dessa Conferência que aconteceu o massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, Brasil, e, em decorrência disso, a Via Campesina declarou o dia 17 de Abril como o dia Internacional de lutas pela terra, pela Reforma Agrária e em defesa dos direitos dos camponeses, nessa mesma Conferência.

Na Declaração de Bangalore, Índia, resultado da terceira Conferência, podemos acompanhar o seguinte plano de ação, em torno da Reforma Agrária: articular nossas lutas regionais a partir da Campanha Global pela Reforma Agrária, impulsionando a luta permanente, tomando como base três datas fundamentais: a) 10 de dezembro, como dia mundial dos Direitos Humanos; b) 16 de outubro, como dia mundial da alimentação; c) 17 de abril, dia mundial de luta camponesa pela terra e contra a repressão. Segundo essa Declaração, são objetivos da Via Campesina: lutar contra a concentração da terra; lutar contra a política do Banco Mundial; lutar pelo desaparecimento de milícias privadas, grupos paramilitares e forças policiais; impulsionar a campanha mundial de recuperação de terras, contra a violência no campo e repressão; lutar pela liberdade imediata dos presos políticos que lutam pela terra; impulsionar a rede de informação e comunicação, como atividade transcendental no

desenvolvimento e fortalecimento de nossas lutas; impulsionar a Conferência Internacional pela Reforma Agrária e Soberania Alimentar, em conjunto com a FIAN.

Em Itaici, no Brasil, durante a IV Conferência Internacional, definiu-se uma declaração, na qual se reafirmou a luta pela genuína Reforma Agrária, a defesa das sementes e da soberania alimentar. A Declaração reiterou ainda, o combate às culturas geneticamente modificadas e o repúdio ao relatório "Biotecnologia, resposta às necessidades dos pobres", da FAO, o qual buscava legitimar a imposição de cultivos transgênicos e o uso de tecnologia da morte -Terminator - ou sementes com steril – com o propósito de assegurar os lucros da agricultura transnacional. Por fim, declararam-se a total oposição ao neoliberalismo e às políticas da OMC, do Banco Mundial e do FMI; e a rejeição aos acordos bilaterais de livre comércio e ao uso da guerra como arma política e econômica, reafirmando o compromisso com a luta pela paz.

Em Maputo, Moçambique, na V Conferência, os compromissos definidos foram a defesa da Reforma Agrária genuína e integral e a defesa do território indígena, como formas de reverter o processo de expulsão do campo e de disponibilizar a terra para a produção de alimentos. Instituído-se ainda, a Campanha Global pela Reforma Agrária, como expressão das lutas e ações em todos os continentes.

Já na VI Conferência, de Jacarta – Indonésia, não há um plano de ação, mas orientações em relação à Terra e aos Territórios:

Exigimos uma Reforma Agrária abrangente que assegure plenos direitos sobre a terra, legitime o direito dos indígenas sobre os seus territórios, garanta o acesso e o controle das comunidades pesqueiras sobre as áreas de pesca e os ecossistemas e reconheça as rotas pastorais migratórias. Só uma reforma dessas poderá garantir o futuro dos jovens rurais (VIA CAMPESINA, Documento interno, 2013).

De acordo com essa Declaração, uma Reforma Agrária abrangente inclui igualmente a distribuição maciça da terra, bem como recursos de produção e vida que assegurem o acesso permanente à terra pelos jovens, mulheres, desempregados, sem terras, deslocados e todas as pessoas com vontade de se dedicar à produção alimentar agroecológica em pequena escala. A terra não é uma mercadoria. É preciso consolidar os regulamentos e as leis existentes e criar outras que protejam contra a especulação e a concentração de terras (VIA CAMPESINA, Declaração de Jacarta, junho 2013).

Na VI Conferência Internacional da Via Campesina, realizada em Jacarta, como vimos anteriormente, houve uma mudança organizativa. O que eram as Comissões de trabalho, agora passaram se chamar de Coletivos. No nosso caso em questão, o que era a Comissão de Reforma Agrária, tornou-se Coletivo de Terra, Água e Território.

## 2.6. A Regional América do Sul

Como visto anteriormente, as regiões são para operacionalizar as resoluções e o desenvolvimento das ações políticas da Via Campesina. Nesse caso assim como a CLOC, só que em instância menor, a Regional também faz parte da organização camponesa no Continente. A coordenação regional se conforma com um homem e uma mulher de cada país da região, mais dois representantes da articulação de mulheres e dois da juventude. Em sua organização interna, as regiões guardam coerência com a estrutura, os princípios e a agenda. Atendendo a suas particularidades e realidade, as regiões podem estabelecer linhas de trabalho e coletivos que considerem convenientes. Segundo a Carta Orgânica da CLOC, de 2013: “as coordenações se integram pelas organizações nacionais e são um organismo de articulação e enlace”; servindo também para “apoiar e acompanhar o funcionamento das articulações em seus respectivos países, garantindo a participação de todos os seus membros”.

A Região da América do Sul, possivelmente, é uma das regiões mais importantes da Via Campesina Internacional, pois há Movimentos e Organizações nos 10 países que a compõem, somando mais de 40, segundo o mapa atualizado pela secretaria operativa Sudamérica (DESMARAIS, 2007, p. 10. Em anexo).

Um dos fatores relevantes dessa possibilidade é que na região há países e movimentos nacionais com especificidades que potencializam as ações em torno dos temas da Via Campesina Internacional, especialmente as lutas pela reforma agrária, desenvolvidas pelo Brasil e Colômbia. Para exemplificar, podemos citar a organização da Via Campesina do Brasil, que conta com 16 movimentos e organizações, de acordo com a realização da Plenária Nacional, de 21 a 24 de agosto de 2014, em Brasília e as ocupações de terras, realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que, de forma tão massiva, não são realizadas em nenhum outro país.

Já na Colômbia, em busca do Acordo de Paz para superar todos os conflitos que envolvem as questões da terra no país, há diversas Federações e Associações que se juntam em torno das mesmas bandeiras. São 50 anos de repressão no campo e os camponeses não são reconhecidos pelo Estado. Em 2013, fizeram uma grande mobilização chamada Paro Nacional, com muitos movimentos pequenos e médios em que mais de um milhão de

camponeses ocuparam as rodovias do país para reivindicar que se aplique medidas de caráter estrutural (Página FENSUAGRO<sup>8</sup>).

Também não podemos deixar de citar a especificidade que há na região com o tema Indígena e Povos Originários. Na organização interna da regional América do Sul da Via Campesina, há uma subdivisão interna para facilitar os processos de acordo com as características, sendo: Sub Região Conesul – Uruguai, Paraguay, Argentina, Brasil e Chile e Andina – onde estão os países com maior influência indígena; Sub Região Andina: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela.

---

<sup>8</sup> FEDERACIÓN NACIONAL SINDICAL UNITÁRIA AGROPECUÁRIA

### **CAPÍTULO III - LUTAS PELA REFORMA AGRÁRIA DA VIA CAMPESSINA NA AMÉRICA DO SUL**

Como vimos no capítulo anterior, a criação da Via Campesina teve uma estratégia de resistência às políticas neoliberais e à hegemonia do capital, falamos de seu contexto de criação e agora queremos analisar as lutas pela Reforma Agrária na América do Sul.

Tendo em conta a importância desse tema na atualidade, cremos ser necessário entender o processo que ocorreu nesses 20 anos, as formas de lutas desenvolvidas, as transformações que ocorreram, bem como os desafios que estão apontados à frente.

Para desenvolvermos o tema desse capítulo, utilizamos entrevistas com dirigentes representantes da Coordenação da Região América do Sul da Via Campesina, dos países: Chile, Argentina, Colômbia e Brasil. Essas entrevistas foram possíveis graças à realização, e nossa participação, das reuniões de Coordenação da Região e de preparação do VI congresso da CLOC, realizadas no Chile de 7 a 11 de novembro de 2014, no Peru de 12 a 15 de dezembro de 2014, na Argentina de 3 a 6 de março de 2015 e durante a Coordenação Nacional do MST, de 21 a 25 de janeiro de 2015, em São Paulo, Brasil. Todos os entrevistados autorizaram a reprodução do material produzido, temos todas as entrevistas gravadas e em anexo, podemos encontrar o roteiro utilizado para as entrevistas. Fizemos entrevistas semi - estruturadas e, assim, fomos abrindo os temas de acordo com as respostas de cada entrevistado. Cada entrevista, durou em média 30 minutos. As pessoas entrevistadas, além de serem da coordenação atual da Via Campesina na Região, são pessoas históricas do ponto de vista da construção de todo esse processo, referências políticas nos movimentos de base nos seus países e se colocaram à disposição o tempo todo em contribuir, dialogar, responder às questões colocadas e, mais que do isso, sempre se posicionaram para além do o que estávamos buscando, sugerindo outras pessoas para conversarmos e outros temas que dialogavam com a questão de nossa pesquisa.

Foi um imenso desafio a questão da língua. Dos 6 entrevistados, 4 falam Espanhol, e no caso do Chile, a entrevistada indicou um livro da atualidade sobre a questão agrária, construído recentemente, também em Espanhol, o qual estudamos. Acredito que superamos com a dedicação e a atenção que o tema merecia.

Para aproveitar esse trabalho, depois das entrevistas, fizemos um processo de tabulação com cada uma das entrevistas, seguindo os seguintes passos: passamos as entrevistas do gravador ao computador, transcrevemos todas elas, dando em média 3 páginas

cada, em um tempo médio de 3 horas de transcrição cada uma. Depois fomos cortando e aproveitando as falas sobre cada item descrito abaixo. O fato é que temos um acervo documental em entrevista que poderá ser utilizado também para outros trabalhos quando necessário.

### **3.1 A Reforma Agrária na Via Campesina**

De acordo com as lideranças entrevistadas e os relatórios das Conferências Internacionais da Via Campesina, a Reforma Agrária e a luta pela terra sempre foram a espinha dorsal do Movimento; as lutas pela terra sempre foram as prioridades e estiveram no centro das ações, apesar de nos últimos anos, a região ter vivido um processo de contra Reforma Agrária, iniciado com as diversas medidas de força da ditadura de Pinochet, no Chile, a partir de 1973, que se destinava a reverter o processo de Reforma Agrária (Voces campesinas de la reforma agrária y la contra-reforma en Chile); com os massacres de trabalhadores rurais que estão em lutas pela terra, como no Brasil – Eldorado dos Carajás, 1996; e Paraguai – Curuguaty, 2012; e, ainda, com as políticas do Banco Mundial, que continuam sendo implementadas pelos governos na região, mesmo sendo caracterizados como governos progressistas, como no caso do Brasil.

Apesar de tudo isso, o que constatamos foi um processo forte de resistência, lutas e ampliação do conceito de Reforma Agrária, tanto na região em que temos foco no estudo/pesquisa, como em nível mais amplo da Via Campesina. De acordo com as entrevistas realizadas:

A Reforma Agrária está desde o início na Via Campesina, o tema da terra em todos os países de nossa região, sempre foi um fator importante porque ela sempre esteve nas mãos de poucos. Nesse sentido a Via Campesina é a ferramenta que junta e articula a luta dos movimentos. Com a Via Campesina muda porque pautou em caráter internacional o tema da Reforma Agrária, não com caráter somente de distribuição de terras, mas de juntar a função social da terra com um projeto maior. Que junta as diversas dimensões de nossa luta (Entrevista realizada com Itelvina Masioli em 23/jan./2015).

As falas são em torno das lutas pela terra e da Reforma Agrária, na verdade, elas se imbricam todo o tempo. Uma não tem como se separar da outra.



Desde o início, o debate da Reforma Agrária é o que fazemos hoje, o debate não vem da Via Campesina, mas dos processos anteriores como da Revolução Nicaraguense e o MST que nasce antes da Via. A Comissão de Reforma Agrária, foi a primeira comissão organizada porque os movimentos de base tinham como prioridade a Reforma Agrária. E o trabalho da comissão tinha como prioridade o acompanhamento da criminalização da luta pela Reforma Agrária. Essa é uma luta de mortes, prisões, enfrentamento com o latifúndio (Entrevista com Rita Zanotto em 13/dez./2014).

Na Colômbia, quando nos reunimos, já havia uma comissão que discutia a Reforma Agrária, a partir daí, foi-se fechando as bases para a constituição da CLOC. Antes disso, o que havia na América Latina, era a União Internacional de Agricultura – UITA, em todos esses encontros, do Chile, Guatemala e Colômbia, está estabelecido nossa luta pela Reforma Agrária. E no primeiro congresso da CLOC, a Reforma Agrária tem uma consigna relacionada com o tema (Entrevista realizada com Pancha em 07/nov./2014).

As lideranças nos deixam claro que, historicamente, a Reforma Agrária fez parte das prioridades e lutas. Mas mudanças ocorreram no seio interno da Via Campesina e, pelo que estudamos no primeiro capítulo, tivemos como desafio entender o que se passa realmente. Nas palavras de Eberto Diaz, da FENSUAGRO – Colômbia, as lutas já existiam mesmo antes da Via Campesina se organizar:

A Reforma Agrária é bandeira de luta na região e continente antes da Via Campesina. Quando a Via se organiza, encontra os camponeses com essas reivindicações e reafirma que se deve aprofundar a Reforma Agrária e não fazê-la de forma marginal como o mercado de terras, proposto pelo Banco Mundial (Entrevista com Eberto Diaz, em 08/nov./2014).

Assim, achamos importante aprofundarmos o conceito de Reforma Agrária, para podermos avançar no debate e na compreensão do que nos dizem as lideranças e os passos que está dando pela frente a Via Campesina.

### **3.2 Ampliação do conceito de Reforma Agrária**

Do ponto de vista histórico, a Reforma Agrária sempre foi vista, nos diversos processos de desenvolvimento do capitalismo, como forma de superar os resquícios do Feudalismo e de desenvolver o capitalismo, através da formação de um mercado interno. O Estado burguês visava transformar os camponeses em produtores de mercadorias para a

indústria, e de alimentos para a população urbana; e transformando-os em consumidores de mercadorias de origem industrial, além de servirem de mão de obra barata para o trabalho nas indústrias (Programa Agrário do MST, 2013).

Houve algumas Reformas Agrárias de governos nacionalistas no México, Peru, Guatemala e Egito. Outras Reformas Agrárias anticoloniais, ainda no Século XIX, no Haiti, Uruguai e Paraguai. Após a Segunda Guerra Mundial houve lutas de liberação nacional no continente asiático e africano, especialmente em Moçambique, Angola, Guiné Bissau, Tanzânia, Zimbábwe, entre outros países. Houve, ainda, as Reformas Agrárias de governos populares, com o propósito de fazer transição do capitalismo à sociedade socialista, como em Cuba, no Vietnã e na Nicarágua; e as Reformas Agrárias das revoluções populares, chamadas de Reforma Agrária socialistas, como as da China, da Iugoslávia e da Coreia do Norte (MST, 2013).

Muitas dessas experiências, a exemplo do Chile, sofreram, com o avanço do capitalismo/neoliberalismo, profundos processos de contra reformas agrárias.

Hoje, para os diversos movimentos sociais que fazem lutas pela terra e que são parte da Via Campesina, há um novo conceito de Reforma Agrária surgindo, que ainda está em construção e que, à primeira vista, traz mudanças no processo, tanto do ponto de vista de conceito como de lutas e organização interna. A impressão que temos é que houve uma ampliação no conceito de Reforma Agrária defendido pelos movimentos, que aliás, vai para além da luta pela terra.

### **3.2.1 Identificação do Inimigo - Agronegócios**

Uma das principais questões encontradas nessa ampliação do conceito de Reforma Agrária foi a compreensão de que o principal obstáculo a ser vencido nas lutas no campo não é mais, apenas, o latifúndio, mas sim o capital, em sua forma atual do agronegócio. O agronegócio é, pois, na terminologia utilizada pelos diversos Movimentos que compõem a Via Campesina, o grande inimigo da Reforma Agrária.

Identificávamos o latifúndio como inimigo principal. Mas depois vimos as ações que o capital fazia, nos deu outra capacidade de ação, vimos que temos inimigos comuns dos trabalhadores do campo e da cidade. Fomos identificando os inimigos comuns e articulando lutas e ações comuns, com projetos de interesse da classe trabalhadora. Quando a gente identifica as transnacionais, a Monsanto por exemplo, como uma das inimigas da humanidade, isso não pode ficar somente no discurso político, mas

ter ações concretas, não somente de denúncia (Entrevista com Itelvina em 23/jan./2015).

Hoje vivemos grandes conflitos por conta dos avanços do agronegócio. Não há interesse dos governos para apoiar a economia camponesa, a veem como marginal. O principal apoio é o apoio aos agronegócios. Porém, nossos países poderiam ser auto-suficientes na produção de alimentos. Produção de alimentos é um tema de segurança nacional e cada vez mais temos dependência de importação de alimentos, importamos mais alimentos hoje que há 20 anos atrás (Entrevista com Eberto Diaz, em 08/nov./2014).

Fazendo o mínimo de análise de nossa realidade nos damos conta de que nós que vivemos nas regiões de montanhas, as riquezas são os minerais e os camponeses que vivem nas zonas baixas o que se impõem de modelo é o agronegócio. Mas tanto eles como nós, somos vítimas desse modelo de extração. Esse modelo tem expulsado muita gente tanto das zonas como camponeses. (Entrevista com Daniel Argamonte, em 12/ dez./2014).

Ou seja, segundo as lideranças, hoje, os principais inimigos da Reforma Agrária são, para além do latifúndio, os agronegócios (traduzidos nas figuras do agro, hidro e mineral negócios), as transnacionais, o Estado, que prioriza o agronegócio e o modelo, considerado por eles, um modelo extrativista.

### 3.2.2. Território

Outro elemento identificado na ampliação do conceito de Reforma Agrária, tem a ver com a visão de território, um elemento central e fundamental dessa análise.

Nos anos 70 e 80 houveram grandes confrontações na luta pela terra com grandes revoltas. A necessidade e reivindicação era terra para quem nela trabalha, a exemplo do Peru e Colômbia e foram mudando, queriam terra para produzir e alimentar suas famílias, não tinham conceito de comércio. Hoje temos um novo conceito de Reforma Agrária, que vai além da parcela, do lote. Hoje é ampliada, tem a ver com o tema do território, mercado, tecnologia, água, educação e agroindustrialização (Entrevista com Eberto Diaz, em 08/nov./2014).

Para nós, indígenas e aborígenes, entendemos que território é amplo, não é só a terra, é o que está sobre e abaixo da terra. Tem a ver com a água, com a vegetação, com os animais, os minerais que estão no subsolo e isso é envolvido com a cosmovisão indígena, um assunto que tem que ver com a rendição, de identificar o sol, a terra como a Pachamama e todos nós, como homens, mulheres, plantas, animais e montanhas como seus filhos. A Via Campesina incorporou o conceito dos indígenas. O conceito segue em debate na Via Campesina, tanto no mundo indígena como no mundo camponês. (Entrevista com Daniel Argamonte em, 12/dez./2014).

Percebemos que há certa distinção entre indígenas e camponeses em relação ao tema território, mas de toda forma, há uma profunda unidade em torno da construção da Reforma Agrária<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Essa discussão sobre território será tema posterior de análise

No Paraguai, a luta pela terra é uma luta territorial – essa também é uma nova definição – a luta é por terra e por território. E não temos ainda uma definição profunda de território. Hoje em dia está muito forte a territorialidade, que não é a mesma coisa, estamos falando em demarcação do território – da riqueza do solo, do valor à natureza, da biodiversidade – não em demarcação da propriedade (Entrevista com Pancha em, 07/nov./2014).

A Reforma Agrária é a principal bandeira de luta da Via Campesina, uma Reforma Agrária Integral e Popular que garanta que os povos do campo, tenham acesso à terra, à água, às sementes. Momento histórico de trazer e por na pauta novamente a Reforma Agrária e todos os temas que vem junto, com essa concepção ampliada, entendendo que território não são somente as fronteiras determinadas (Entrevista com Itelvina em, 23/jan./2015).

Essa concepção de território ligada à Reforma Agrária, tem profundo significado porque muda o conceito que, historicamente, os Estados, partidos e até mesmo os movimentos sociais que lutam pela terra tiveram em torno do papel e função da Reforma Agrária. Ou seja, agregam-se outros elementos em torno dos bens da natureza, da relação com eles e com as pessoas, sejam do campo ou das cidades. Quando se fala nessa Reforma Agrária, os Movimentos da Via Campesina não estão realizando somente luta por terra, mas fazendo o enfrentamento com o principal inimigo, identificado anteriormente como os agronegócios do campo, da água e dos minérios e reivindicando o conjunto dos bens que estão naquele local, seja abaixo ou em cima da terra. Isso ressignifica a função e o papel da Reforma Agrária.

### **3.2.3 Soberania Alimentar**

Além do acesso aos bens da natureza, como a terra, água, sementes, o novo conceito de Reforma Agrária discute a forma de utilização e para que fins estariam sendo colocados esses bens. Discute-se, pois, a questão da soberania alimentar<sup>10</sup>.

Hoje temos que falar dessa Reforma Agrária, que não pode ser somente o slogan: temos que falar e construir a Reforma Agrária integral com os camponeses, temos que encher de conteúdos à luz dos novos tempos. Hoje a soberania alimentar se transforma numa bandeira importante quando falamos de reforma agrária de novo conteúdo porque não pode haver soberania alimentar sem Reforma Agrária (Entrevista com Pancha, em 07/nov./2014).

---

<sup>10</sup> “É o conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotado por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países, a fim de garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local. Esse conceito revela uma política mais ampla do que a segurança alimentar, pois parte do princípio de que, para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir seus próprios alimentos” (Stédile; Carvalho, p. 714, 2012).

Não é possível ter soberania alimentar sem um profundo processo de distribuição da terra, entendendo a Reforma Agrária com uma ação política de transformação do modelo agrário e agrícola. A Reforma Agrária é a centralidade da luta política e a soberania alimentar vem junto com isso. O que se propõe como soberania dos nossos territórios e da soberania nacional, que trás junto um novo jeito de ser, de produzir e de viver na terra, de defender os bens da natureza. Não estamos falando somente de alimentos. É outro conceito e outro sentido em que a terra e a produção de alimentos olhem para os sujeitos do campo e da cidade. Onde produzir, como produzir e para quem produzir (Entrevista com Itelvina em 23/jan./2015)

Destacamos aqui o que nos disse Itelvina sobre a bandeira da soberania alimentar porque nos parece profundas essas palavras no sentido de desvelar as prioridades das lutas da Via Campesina: “a centralidade é a luta pela terra e a soberania alimentar está submetida à bandeira maior que é a Reforma Agrária”. Em destaque, também, acreditamos, está o debate de onde, como e para quem produzir. Aqui parece claro que se abre um leque enorme com o conjunto da classe trabalhadora. Os camponeses querem utilizar seus territórios, livres de agrotóxicos e transgenia para produzir alimentos saudáveis para todos os trabalhadores.

Não se pode perder no movimento internacional a clareza que a centralidade é a luta pela terra. A soberania alimentar pode ser uma tática, porta de entrada do debate, mas ela está submetida à bandeira maior que é a Reforma Agrária (Entrevista com Itelvina em 23/jan./2015).

### 3.2.4 Agroecologia

Na soberania alimentar está colocado também a forma de produzir e isso dialoga com a matriz tecnológica historicamente e atualmente estabelecida para produção. Nos capítulos anteriores, vimos que o agronegócio quer aumentar a produtividade e para isso, sua meta é o aumento do uso de agrotóxico e transgenia. Nesse sentido, a Reforma Agrária, que busca a soberania alimentar, quer a utilização de produção agroecológica, bem diferente dos padrões capitalistas.

A terra tem que ser uma forma de vida, que gere trabalho, que garanta recursos de sobrevivência. A luta pela terra é importante mas também é muito importante sabermos porque e para que queremos a terra, não podemos conquistar uma terra e produzir transgênicos, nos dias de hoje. Temos tido definições tão profundas que para concretizá-las, temos que desenvolver processos, porque como no caso da soberania alimentar, que é um eixo importante, não temos como garantir ela sem a Reforma Agrária, sem o cumprimento da função social da terra, sem garantir os direitos dos povos de ter uma alimentação como devem. Por isso, continuamos lutando pela Reforma Agrária, urgente e necessária (Entrevista com Pancha em 07/nov./2014).

... e dessa cosmovisão é muito difícil alterar com nossa mãe terra. É aí que toda a agricultura que nós praticamos é da agricultura orgânica ou agroecológica, não utilizamos químicos. Reforma Agrária é como organizar e ocupar regiões, fazer produzir, mas a maioria está com a cabeça para viver nas cidades, porque nas cidades tem as condições estruturais para viver como água, sinal de internet que é básico para a juventude e não tem esses serviços no campo, então temos que criar condições para garantir isso no campo, com a criação que estamos fazendo no Movimento MNCI\* de escolas de agroecologia, produzir, praticar a soberania alimentar e viver bem em nossos territórios. É um conceito diferente, de não esperar que a Reforma Agrária venha de cima, do Estado (Entrevista com Daniel em 12/dez./2014).

O tema da formação e da capacitação em agroecologia inserido, aqui, no tema da soberania alimentar, também foi destaque nas entrevistas.

Todos ressaltam a importância de capacitar-se nessa nova construção.

Lutamos por soberania alimentar porque perdemos o que tínhamos, lutamos não por algo que desconhecemos, lutamos por recuperar todo um acúmulo que já tivemos na história camponesa de subsistência. Nossas campanhas são correndo atrás daquilo que perdemos. Como a campanha das sementes. Feira das sementes porque não conseguimos mais ter diversidade da produção e isso acontece em todos os países (Entrevista com Rita em 13/dez./2014)

A concretude dessa opção é acompanhada por processos de educação, formação e capacitação na área da agroecologia. Diversas iniciativas são tomadas para isso, a exemplo da construção de escolas de formação na área. Hoje, na região da América do Sul, existem escolas de agroecologia na Venezuela, no Brasil, no Paraguai, na Argentina e em construção no Chile. Há ainda, realização de Feiras agroecológicas nas cidades, Feiras de sementes entre os camponeses, onde fazem trocas e capacitação, e em nível internacional, trabalham a Campanha Permanente das Sementes como Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade.

### **3.2.5 Participação das Mulheres e jovens**

Um elemento novo também na construção desse conceito ampliado de Reforma Agrária, que tem tido prioridade internamente na Via Campesina é a questão da participação das mulheres e da juventude. Praticamente todos comentaram e falaram em relação a essa participação, cujo protagonismo trouxe avanços na construção da Reforma Agrária.

Outra coisa importante nessa visão da Reforma Agrária é que temos que olhar a participação das mulheres, ter uma integração plena das mulheres – isso é uma necessidade – não uma reivindicação. Não perder o sentido de comunidade, reivindicar o sentido de cooperativismo não como uma ferramenta que está hoje em

dia, mas de cooperação, no sentido da solidariedade (Entrevista com Pancha em 07/nov./2014).

...que as mulheres sigam sendo expressão mais forte no interior da Via Campesina, o protagonismo da juventude (Entrevista com Eberto em 08/nov./2014).

Formação política ideológica, termos quadros políticos no conjunto da Via Campesina para dar respostas ao momento político internacional que exige, precisamos massificar as lutas, envolver jovens e mulheres (Entrevista com Itelvina em 23/jan./2014).

A participação das mulheres e jovens como novos sujeitos, certamente, traz mudanças de comportamento geracional e produz geração de novos valores, contrapondo-se a cultura do machismo histórico na América Latina, especialmente no campo.

### **3.3 As Mudanças nas Formas de Lutas por Reforma Agrária**

Nesse tópico, analisaremos o papel histórico que jogou a região da América do Sul na construção do Movimento Internacional e se houve mudanças nas formas de lutas pela Reforma Agrária na Via Campesina da América do Sul.

#### **3.3.1 Papel da América do Sul**

As lideranças entrevistadas apontam vários elementos de transformações na região da América do Sul, demonstrando a profundidade e a profundeza e grandeza que o tema representa. A Região da América do Sul teve um papel importante na articulação e impulsionamento, não só da identificação dos inimigos, mas das ações que levam ao seu enfrentamento, como as Campanhas e articulações internas de formação da Via. De acordo com as entrevistas:

América do Sul no contexto de nascimento jogou papel de impulsionar a articulação e a construção do Movimento da CLOC e da Via Internacional. Porque o processo histórico do final dos anos 80 e início dos anos 90, com o avanço do neoliberalismo, ofensiva de privatização dos bens naturais, estratégia de um campo sem camponês e quebrar as pernas dos movimentos de lutas, parte a necessidade de articulação. E Brasil, MST, a Bolívia, Colômbia cumpriram papel importante que puxou a Campanha de Resistência Indígena, Negra e Popular. Com capacidade política, que fortaleceu diversos setores e nossa região teve importância porque os camponeses decidiram seguir organizados e fortalecidos, desde o primeiro congresso da CLOC em 1994, no Peru. Partiu da região a articulação e o impulsionar (Entrevista com Itelvina em 23/jan./2014).

Ajudou na identificação dos inimigos comuns e buscar articular luta internacional para enfrentá-los. Teve e continua tendo um papel importante. Olhando para a construção, muito das ações políticas internacional, de lutas, resistência e de

solidariedade parte primeiro de nossa região e depois vamos construindo com a Europa, com outras regiões, da luta pela RA, campanhas internacionais, das sementes, dos jovens, articulação das mulheres, luta contra agrotóxicos (Idem).

Pela fala dos dirigentes, é claro que o embrião do nascimento e da articulação da Via Campesina Internacional, é a região da América do Sul.

### **3.3.2 Mudanças nas formas de lutas**

A partir de todo esse contexto político e econômico de enfrentamento com os projetos do capital, houve mudanças nas formas de lutas desenvolvidas. Vejamos o que nos dizem as lideranças:

As formas de lutas são: ocupações, marchas para cidades e capitais, acampamentos, ocupam prédios, as formas de lutas tem se qualificado, porque se entendemos que as Marchas, as Ocupações, os bloqueios de estradas são forma de denunciar as transnacionais, vai dando fortaleza. Faz parte da pedagogia das massas do movimento camponês. Tem que ser combatido em cada local, mas se encontrar em nível internacional, com olhar pra frente e a Reforma Agrária e defesa dos territórios tem que estar inseridas em uma luta maior. Hoje a luta tem que ser de combate direto, isso não pode ficar somente no discurso político, mas ter ações concretas, não somente de denúncia (Entrevista com Itelvina em 23/jan./2015).

Os camponeses na América Latina precisam dar um salto. Só enfrentaremos o capital se tivermos luta política, ir além da resistência. Construir novos blocos hegemônicos populares para disputar a Reforma Agrária que hoje tem um componente político, não é uma luta contra os fazendeiros, mas contra o capital financeiro, contra as transnacionais. É uma luta política incluindo campo e cidade. Devemos fortalecer lutas para pressionar o Estado a subsidiar a economia camponesa (Entrevista com Eberto em, 08/nov./ 2014).

Há bastante semelhança nas falas das lideranças sobre as mudanças e continuidade nas formas de lutas. É clara a fala de que as mudanças acompanham as avaliações obtidas na visão anterior, na identificação dos principais inimigos. Da mesma forma que os inimigos vão se tornando mais complexos, as lutas também vão exigindo mais complexidade na forma e tática.

A terra não pode estar “acaparada”, tem que ser libertada, temos que voltar falar na função social da terra. Quando estamos falando da função social da terra, estamos olhando para o conjunto da terra: da biodiversidade e isso foi dando conteúdo político à luta pela terra. As lutas seguem no continente, devemos seguir com as lutas, mas devemos entender os processos de contra reforma agrária no continente e região porque o capitalismo se fixou no campo a custo do processo de contra reforma agrária. A reforma agrária não foi um fracasso, foi um processo revolucionário, que mudaram as bases sociais. Então, a ditadura quis acabar com ela porque era uma ameaça ao capital (Entrevista com Pancha em 07/nov./2014).



O objetivo principal da Via é fazer lutas de mudanças, de transformação da sociedade. Fazer com que os camponeses não desapareçam. Fazer lutas contra o latifúndio, contra as transnacionais porque eles destroem nossa proposta de vida, de produção. Temos o desafio de fazer lutas revolucionárias. Temos muitas campanhas internas, tantas jornadas de lutas, linhas de ação na Via, dizemos que somos um Movimento forte e nos países temos tantas fragilidades que não conseguimos instalar as lutas. Precisamos fazer revolução agrária, popular, integral, na visão de que não podemos só ter a terra. (Entrevista com Rita em, 13/dez./2014).

Houve mudanças nas formas de lutas, não teria como ser diferente, a partir do que estudamos e do que dizem as lideranças. Ou seja, houve um recrudescimento no trato à questão da terra e do conjunto dos bens da natureza, com reflexos e consequências às políticas de Reforma Agrária. Hoje, as formas de lutas que são realizadas pela Via Campesina, continuam sendo a ocupação de terras improdutivas, mesmo que isso tenha trazido um conjunto de criminalização maior às famílias e Movimentos envolvidos e também o enfrentamento com os representantes do agronegócio porque quem está na disputa pelos bens da natureza não tem mais somente o caráter de enfrentar o latifúndio atrasado de outrora, mas sim o centro do capital, a disputa é diretamente com os representantes dos agronegócios, seja do agro, da água ou dos minérios. O enfrentamento é com as empresas transnacionais que controlam desde a terra, as sementes, água, minérios, produção e comércio. As lutas se realizam diariamente no sentido de denunciar para a sociedade as mazelas sofridas, enfrentá-las e construir novas propostas na teoria e na prática. Claro que entre os entrevistados também há os que reconhecem que há problemas para instalar as lutas em alguns países.

Podemos dizer que hoje, a luta pela Reforma Agrária, com as bandeiras que são trazidas pelos Movimentos, estão colocadas no centro da disputa do capital. É clara uma bandeira de disputa entre capital e trabalho, que tem no centro o que garante a vida humana, que é a natureza.

### **3.3.3 Resistência e território**

Por último, ainda dentro da questão da mudança nas formas de lutas, nos chamou muito a atenção para o que as lideranças chamaram de o sentido de resistência no conjunto dos processos de lutas e conquistas da Reforma Agrária.

E as comunidades viram movimentos de resistência porque se fazem uma Feira, fortalecem o mercado local, isso não é pacífico porque se transforma também em luta política. Vamos mostrando de forma concreta que é possível construir outras formas de agricultura. Vamos retomando a ideia da comunidade, como um espaço bom de viver. Capacidade de resistir, mas uma resistência não passiva, uma

resistência com ofensiva em construir outro modelo, diferente do que o agronegócio coloca para nossa realidade (Entrevista com Itelvina em 23/jan./2014).

Os povos originários tem bem claro sua identidade e trabalho. O Estado colocou em nossas cabeças que os indígenas e aborígenes são como algo que já passou, que ficou na história, algo atrasado. O Índio é a barbárie e a civilização está nas cidades, existe esse discurso nas escolas. Então, queremos resgatar nosso povo como povos originários, resgatar nossa identidade. É um trabalho de 20 anos de debate para resgatar nossa cultura, dizer que somos indígenas (Entrevista com Daniel em 12/dez./2014).

A resistência é vista como conquista, como fator ofensivo ao modelo. Estão construindo uma resistência ofensiva. Estão nos territórios construindo, propondo, o exemplo da soberania alimentar com agroecologia e o resgate de identidade e cultura dos povos indígenas caberia bem como exemplo nesse processo de resistência ofensiva. Passa ser motivo de comemoração poder resistir aos dias de hoje frente ao capital.

### **3.3.4 Articulações com outros setores da sociedade**

Essa resistência ofensiva é bastante propositiva em construir esse projeto com a classe trabalhadora, de ampliar o leque de relações e articulações com outros setores, que vão além dos povos do campo. Aparece com força nos relatórios das conferências e nas falas das lideranças.

Hoje a Reforma Agrária vem junto com a bandeira contra o império, agregando outros setores da sociedade. Reforma Agrária não somente para beneficiar os povos do campo, mas casada com um projeto de soberania alimentar, de agroecologia. Qualifica e trás outras dimensões da luta, como uma tarefa não somente dos povos do campo mas que interessa a toda sociedade. A força dessa luta vai descortinando o projeto do capital, como as políticas do Banco Mundial pra agricultura, as ações da OMC para agricultura, os Tratados de Livre comércio – tudo isso vai dando a ação política do Movimento Internacional, seja na FAO e outros espaços, onde vamos contrapondo essa política de Reforma Agrária de mercado (Entrevista com Itelvina em 23/jan./2014).

Construir nesses territórios nossas lutas e plantando o que a gente acredita que se contrapõe ao modelo capitalista e destrutor do ser humano. E temos ferramentas políticas e processo internacional que nos ajudam dar um salto na luta internacional. Hoje o debate é diferente de outro momento histórico porque não tínhamos ferramentas para debater com a sociedade nas diferentes dimensões. Temos um Movimento com capacidade na solidariedade internacional, construímos um internacionalismo com valores para construir novos sujeitos políticos, para avaliar, fazer balanço e colocar nossa capacidade criadora (Idem).

Vários elementos colocados na resistência são temas que abrangem também para outros em nível internacional do Movimento da Via Campesina, como o internacionalismo e “a força das lutas que descortinam o projeto do capital”.

Não permitir que o campo seja um espaço, um modelo de agricultura que parte de um processo de produção da agricultura industrial que destrói a natureza, que torna o alimento uma mercadoria, esses sujeitos são estratégicos para pensar e construir alianças de classes e ressignificar seu papel na história e colocar na pauta novamente a reforma agrária e o território (Idem).

As lutas tem que fazer frente a esse modelo de saques. O fato de poder nos juntar, analisar junto a realidade e ver que indígena e camponeses conseguimos ter força suficiente porque a maioria da população da Argentina estão nas cidades, então o desafio é articular com as organizações que estão nas cidades, pois muitos deles vieram do campo. A maioria da população vive em situação de miséria, não tem trabalho, estão na mesma condição que nós e poder fazer a análise da realidade em conjunto (Entrevista com Daniel em 12/dez./2014).

É a necessidade de transformar a bandeira da Reforma Agrária em uma luta que não seja somente dos povos do campo, mas do conjunto dos trabalhadores. Acredito que essa necessidade dialogue diretamente com a palavra de ordem da Via Campesina Internacional que é: “Globalizamos a luta, globalizemos a esperança”. Sem dúvidas, um movimento anti globalização tem que ser globalizado pelos trabalhadores. E é a isso que se propõe a Via Campesina.

### 3.3.5 Forma de organização

Para implementar esse novo conceito em construção, a Via Campesina tem feito uma série de mudanças na estrutura organizativa em nível internacional. Na última conferência, realizada em Jacarta, junho 2013, houve uma mudança das comissões para coletivos, com o intuito de ampliar a participação de pessoas nas regiões e continentes e fazer um processo mais horizontal. Porém, o que constatamos é que na prática o coletivo formado para levar a cabo essas questões, não fica à altura do debate pretendido.

Tinha comissão de Reforma Agrária, agora é Coletivo de Terra, Água e Território. A Reforma Agrária saiu da comissão. A bandeira da RA tem que ser retomada, com ou sem nome dentro do coletivo. Temos que descobrir porque desapareceu o termo Reforma Agrária do nome. Não sei se não temos que voltar a discutir, não sei se não está escondido por trás da terra e território, onde está a luta, Terra e Território não está colocado que tem Reforma Agrária. Ao menos quando tinha o nome Reforma Agrária, se lembrava dos Movimentos que fazem a luta pela Reforma Agrária, se lembrava de quem fazia luta. Ela é uma necessidade atualizar as ações e atividades da campanha da RA, cartaz, visitas de solidariedade, ir nos países... palavra de ordem que antes era terra, pão e trabalho, agora precisa dialogar com esse conceito ampliado de RA da VCI – RA, terra, água, território, alimentação saudável e farta para toda humanidade (Entrevista com Rita em 13/dez./2014).

Todas as lideranças entrevistadas falam com clareza da importância estratégica da abrangência do conceito mas se preocupam com as formas internas de como fazer acontecer na prática cotidiana do Movimento.

Há discrepância com indígenas e os que se definem camponeses sobre o tema de território (Entrevista com Daniel em 12/dez./2014).

O Coletivo é muito importante, porque ele é mais horizontal, possibilita mecanismos mais centralizados, envolve mais gente. É de funcionamento, vai

sistematizando, elaborando não pode perder a centralidade do funcionamento do movimento. Tem um nó interno na Via, do que é estratégia, tática e forma orgânica de fazer isso, como operar no funcionamento (Entrevista com Itelvina em 23/jan./2014).

O motivo pelo coletivo se chamar Terra, Água e Território e não Comissão de Reforma Agrária reflete um avanço no entendimento do conceito da Reforma Agrária, no sentido de não aceitar somente a terra, mas o conjunto dos bens naturais. No entanto, o que percebemos é que quando se tira a palavra Reforma Agrária do nome do coletivo isso não ajuda no debate interno com os movimentos que fazem parte da base da Via, tampouco com o conjunto da classe trabalhadora, como se pretende. Diferente quando se tem uma comissão que o nome é: Comissão de Reforma de Agrária, em que está explícito do que se trata.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as políticas neoliberais e do capital financeiro vigentes, não há espaço para a realização da Reforma Agrária, nem nos moldes da Reforma Agrária clássica, nem nos moldes do que propõe os movimentos do campo organizados em torno de suas lutas. Mas a Via Campesina continua resistindo, debatendo, defendendo e lutando por uma Reforma Agrária como política importante de garantias de direitos e de democratização. Mais do que isso, vem construindo uma Reforma Agrária.

Estudar e aprofundar os processos de Reforma Agrária realizados no mundo, que características tiveram e como se transformaram em políticas que contribuíram para democratizar os meios de produção, gerar trabalho, renda e preservação dos bens naturais seria uma tarefa gloriosa. Mas não somente isso, acredito que seria de muito valor, também, identificar os processos de reconcentração da terra e dos bens naturais que houve, a partir das políticas neoliberais. Os exemplos de nossa região poderiam dialogar longamente com isso, a exemplo do Chile, Bolívia e Paraguai. Sem contar que, no caso da Bolívia, apesar de três Reformas Agrárias realizadas no país, com características muito próprias, ainda paira uma necessidade de sair do atraso agrário que há no país, apesar de ter um governo de origem indígena campesina, que tem posições de garantias de avançar em processos mais democráticos e não permitir o avanço das ações das transnacionais.

A Reforma Agrária hoje, mais do que nunca, na visão dos Movimentos Sociais que fazem lutas pela terra e que estão articulados com a Via Campesina, é uma bandeira importante e necessária para combater as desigualdades sociais, recuperar e preservar os bens da natureza tidos historicamente como bens comuns e enfrentar o modelo de dominação do capital no campo, modelo dos fazendeiros capitalistas em aliança com o capital internacional e financeiro que passa acumular a riqueza do campo.

Para a Via Campesina, a representação dos inimigos principais hoje são as transnacionais. Empresas que controlam todo o processo de produção e comercialização, desde os bens da natureza – a terra, água, minérios, sementes, biodiversidade - à comercialização dos produtos. E seu principal objetivo é o lucro. Para isso, elas tem aumentado a produtividade com a utilização de altíssimo grau de agrotóxicos e transgenia. Isso tem causado consequências drásticas para as pessoas e natureza, com doenças, aumento do câncer e poluição das águas. E essas contradições têm trazido enormes desafios para a Via Campesina, em como trabalhar melhor internamente esses elementos no sentido de fortalecer as ações e externamente, com a sociedade. Se a sociedade, a classe trabalhadora, compreender quem são seus inimigos principais e que a Reforma Agrária se contrapõe a isso e é um projeto não somente de democratização da terra mas que beneficie a todos, isso pode virar de fato uma ampla bandeira, defendida por todos.

Diferente da forma como é tratada pelos meios de comunicação, a Reforma Agrária não nos parece uma bandeira atrasada, mas atual, com inovações conceituais e de práticas sociais que valorizam os espaços conquistados, transformando-os em territórios de resistência ativa, de produção de novas culturas, novos valores, de produção de alimentos saudáveis com a preocupação de atingir a todos os trabalhadores, sejam do campo ou das cidades.

É fundamental a reflexão sobre a concepção de território ligada à Reforma Agrária, que está sendo feito pelos Movimentos ligados à Via Campesina, porque essa concepção tem profundo significado de mudança do que historicamente os Estados e movimentos sociais que lutam pela terra tiveram em torno do papel e função da Reforma Agrária. Sem dúvidas, ele muda, amplia e agrega outros elementos em torno dos bens da natureza, da relação com eles e com as pessoas sejam do campo ou das cidades. Quando estão falando nessa proposta de Reforma Agrária, os Movimentos da Via Campesina, não estão preocupados em realizar somente luta por terra, mas estão fazendo o enfrentamento direto com o principal inimigo, identificado nos agronegócios do campo, da água e dos minérios e reivindicando o conjunto dos bens que estão naquele local, seja abaixo ou em cima da terra. Isso, realmente ressignifica a função e o papel da Reforma Agrária e a transforma em uma bandeira muito atual e necessária.

Ao contrário do que muito se fala, inclusive na academia, a Reforma Agrária não está fora de pauta, está aí viva e necessária, necessitando que seja incorporado os debates atuais que fazem os movimentos sociais sobre os desafios a ser construído. É clara a demanda de produção de materiais para estudo sobre Reforma Agrária integral, revolucionária e popular. Os três conceitos de Reforma Agrária merecem ser aprofundados, que representa não só o acesso a terra, materializa a ampliação do conceito e ao mesmo tempo estão conectados em seus sentidos.

Muitos temas permanecem como desafios que poderiam ser mais estudados e pesquisados como contribuição aos Movimentos Sociais, como: “acaparamientos” de terras, há poucos estudos sobre o assunto, menos ainda quando se trata em português – reflexos das novas políticas e ações das transnacionais; o tema da terra e dos territórios e a questão indígena; sobre a própria Via Campesina Internacional, pois nesse pequeno trabalho que fizemos percebemos a dimensão desse Movimento Internacional com organização em diversas regiões do mundo, com muita diversidade e adversidade, ações e realidades comuns e com propósito de ampliação para outras regiões; o tema da perda de soberania nacional dos países com a disputa dos bens naturais por parte das transnacionais. Nossa região da América do Sul tem sofrido uma pressão fortíssima por conta da biodiversidade encontrada; A prática da soberania alimentar, que de certa forma e medida os Movimentos estão realizando na prática, independente dos Estados, decidindo onde, como, o que e para quem produzir; O debate da resistência não passiva. Resistência ofensiva. Tratada pelos movimentos camponeses como movimento, o que supera qualquer tipo de passividade. Resistência com criação de escolas de agroecologia, de participação das mulheres e jovens, de construção da soberania alimentar, construção de sua própria semente, de formação política ideológica, de lutas locais com articulações internacionais e construção da unidade. Uma resistência que busca articulação com outros setores da sociedade, lutar pelos direitos sociais dos camponeses e camponesas, que faz lutas contra as políticas do Banco Mundial e os Tratados de Livre Comércio e constrói processo de integração baseado na solidariedade dos povos. Enfim, são tantas os temas que aparecem como desafios que poderiam ser apropriados para estudo, pesquisa, sugestões e construção coletiva.

Em um seminário sobre pesquisa, realizado em uma das etapas do curso (em 16/10/2013), na Escola de Serviço social, Adelar Pizzeta, formador do MST, falou sobre a pesquisa dos militantes do MST nas universidades: “primeiro o sentido militante, depois os

títulos. A pesquisa para quem está vinculado aos Movimentos sociais é uma necessidade para criar conhecimento novo, pois sem conhecimento é difícil transformar a realidade”. E nesse mesmo seminário, a Professora Maristela Dalmoro fez a seguinte reflexão: “a universidade é reacionária, conservadora, exigente e contraditória, mas permite discutirmos”. Portanto, acredito que temas organizativos e da realidade do campesinato, bem como formas para superá-los, é possível a universidade assumir algumas dessas necessidades e apoiar de forma científica para alcançar as soluções, e há uma demanda enorme dos sujeitos militantes dos Movimentos Sociais nessa busca.

Por fim, acredito que para nós, como Assistentes Sociais, formados em pessoas, em como lidar com gente, nos resta o compromisso para além do diagnóstico e ações. Mas o compromisso de sermos formadores numa perspectiva de ações transformadoras. Na formação de pessoas que só avançarão enfrentando e combatendo o sistema capitalista financeiro. Travando lutas pela Reforma Agrária, comprometidos com os camponeses/as e com a classe trabalhadora. Vejo que temos um papel muito importante do Serviço Social e dos Assistentes Sociais com a transformação e espero que esse trabalho seja apenas o início de grandes projetos.

## REFERENCIAL TEÓRICO

- . ANDERSON, Perry (1996). "Balanço do neoliberalismo". In: A. BORÓN, *As políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
  
- . BEHRING, E. R. e BOSCHETTI, I. **POLÍTICA SOCIAL. FUNDAMENTOS E HISTÓRIA**. 9. Ed. - São Paulo: Cortez, 2011.
  
- . CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
  
- . DEMARAI, Annette Aurélie. **A VIA CAMPESINA**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. Edição Original: *La Via Campesina: Globalization and the Power of Peasants*. Fernwood, Canadá, 2007.
  
- . FERNANDES, Bernardo Mançano. **QUESTÃO AGRÁRIA: CONFLITUALIDADE E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**. In, *A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL*, volume 7. O debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
  
- . IAMAMOTO, Marilda Vilela. **SERVIÇO SOCIAL EM TEMPO DE CAPITAL FETICHE – CAPITAL FINANCEIRO, TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL**. -7. ed. – São Paulo: Cortez, 2012.
  
- . LENIN, Vladimir Ilitch. **O IMPERIALISMO: FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO**. 4. Ed. – São Paulo: Centauro Editora, 2008.
  
- . MARX, Karl. **O CAPITAL: CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA**: livro I, v. 2. Trad. Reginaldo Sant'Anna. – 24a ed. – Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2012.
  
- . MONTECINOS, C.U.; GATICA, C.O. E CASTRO, M.G. **TIERRA, FUTURO Y ESPERANZA**. Santiago de Chile: Ediciones Tierra Mía Limitada, 2014.



. **MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA**. Programa Agrário, Secretaria Nacional, São Paulo, 2013. .

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **ECONOMIA POLÍTICA: UMA INTRODUÇÃO CRÍTICA**. - 6. Ed. - edição. São Paulo: Cortez, 2010.

. NETTO, José Paulo. **CAPITALISMO MONOPOLISTA E SERVIÇO SOCIAL**. – 8. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

. PEREIRA, João Marcio Mendes. **A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO DO BANCO MUNDIAL: FUNDAMENTOS, OBJETIVOS, CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS**. São Paulo: HUCITEC, 2006.

. PEREIRA, João Marcio Mendes. **NEOLIBERALISMO E LUTAS CAMPONESAS NO BRASIL: CONTESTAÇÃO E RESISTÊNCIA À REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO DO BANCO MUNDIAL DURANTE O GOVERNO FHC**. In, LUTAS CAMPONESAS CONTEMPORÂNEAS: CONDIÇÕES, DILEMAS E CONQUISTAS, São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. 279 p. – História Social do Campesinato Brasileiro.

. SAUER, Sergio. **REFLEXÕES ESPARSAS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA E A DEMANDA POR TERRA NO SÉCULO XXI**. In, A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL, volume 8. Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

. STEDILE, João Pedro (org.) **A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL**, volume 7. O debate na década de 2000. São Paulo: Expressão popular, 2013.

. VIEIRA, Flavia Braga. **DOS PROLETÁRIOS UNIDOS À GLOBALIZAÇÃO DA ESPERANÇA: UM ESTUDO SOBRE INTERNACIONALISMOS E A VIA CAMPESSINA**. São Paulo: Alameda, 2011.

. WELLEN, Henrique. **PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**. - 1. ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2012.

## **DOCUMENTOS**

. POSICIONAMENTO DO INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA ACERCA DOS AGROTÓXICOS, BRASIL, 2015.

. VIA CAMPESINA, RELATÓRIOS FINAIS DA PRIMEIRA À SEXTA CONFERÊNCIA, Mons, Bélgica, 1993; Tlaxcala, México, 1996; Bangalore, Índia, 2000; Itaici, Brasil, 2004; Moçambique, África, 2008; Jacarta, Indonésia, 2013.

## **SÍTIOS ELETRÔNICOS**

[www.viacampesina.org](http://www.viacampesina.org)

[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

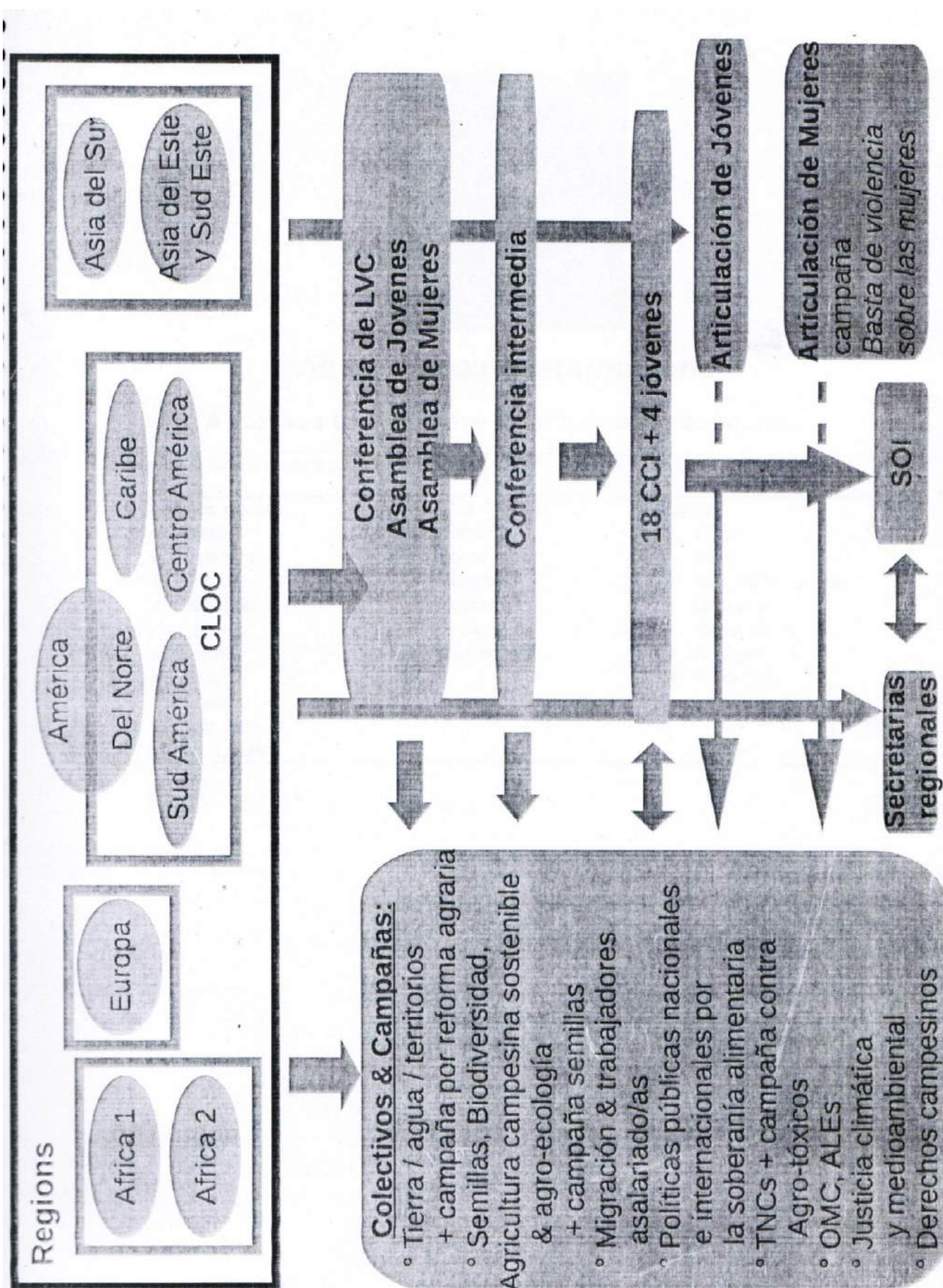
[www.cloc-viacampesina.net](http://www.cloc-viacampesina.net)

[www.conamuri.py.or](http://www.conamuri.py.or)

[www.fensuagro.org](http://www.fensuagro.org)

## **ANEXOS**

## 1 ORGANOGRAMA DE FUNCIONAMIENTO DA VIA CAMPESINA INTERNACIONAL



## 2. PAÍSES QUE COMPÕEM AS NOVE REGIÕES



### Via Campesina Internacional

**A voz dos camponeses e camponesas do mundo**

**Regiões:** Nos organizamos em 9 regiões

<b>1. América do Sul</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Brasil</li> <li>• Argentina</li> <li>• Uruguai</li> <li>• Paraguai</li> <li>• Chile</li> <li>• Bolívia</li> <li>• Peru</li> <li>• Equador</li> <li>• Colômbia</li> <li>• Venezuela</li> </ul>	<b>2. América Central</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Panamá</li> <li>• Costa Rica</li> <li>• Nicarágua</li> <li>• Honduras</li> <li>• El Salvador</li> <li>• Guatemala</li> </ul>	<b>3. Caribe</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cuba</li> <li>• Haiti</li> <li>• Rep. Dominicana</li> <li>• Granada</li> <li>• Santa Lúcia</li> <li>• S. Vicente</li> <li>• Porto Rico</li> </ul>
---	---	---



<b>4. América do Norte</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estados Unidos</li> <li>• Canadá</li> <li>• México</li> </ul>	<b>5. Europa:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Espanha</li> <li>• Finlândia</li> <li>• França</li> <li>• Escócia</li> <li>• Itália</li> <li>• Suíça</li> <li>• Turquia</li> <li>• Holanda</li> <li>• Alemanha</li> <li>• Romênia</li> <li>• Bélgica</li> <li>• Dinamarca</li> <li>• Portugal</li> <li>• Grécia</li> <li>• Suécia</li> <li>• Áustria</li> <li>• Noruega</li> </ul>	<b>6. África 1</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• África do Sul</li> <li>• Zimbábue</li> <li>• Moçambique</li> <li>• Angola</li> <li>• República do Congo</li> <li>• Tanzânia</li> <li>• Madagascar</li> </ul>
<b>7. África 2</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mali</li> <li>• Niger</li> <li>• Senegal</li> <li>• Congo Brazaville</li> <li>• Guiné-Bissau</li> <li>• Ghana</li> <li>• Gâmbia</li> </ul>	<b>8. Ásia Sudeste</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Indonésia</li> <li>• Coreia do Sul</li> <li>• Tailândia</li> <li>• Filipinas</li> <li>• Timor Leste</li> <li>• Malásia</li> <li>• Vietnã</li> <li>• Japão</li> <li>• Camboja</li> <li>• Taiwan</li> <li>• Palestina</li> </ul>	<b>9. Ásia Sul</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Índia</li> <li>• Nepal</li> <li>• Sri Lanka</li> <li>• Bangladesh</li> </ul>

### 3. LISTA DE ORGANIZAÇÕES QUE COMPÕEM A REGIÃO DA AMÉRICA DO SUL – MEMBRESIAS 2013

Asociación de Pequeños productores del Noreste de Córdoba (APENOC)	Argentina
Coordinadora de campesinos, indígenas y trabajadores rurales (COCITRA)	Argentina
Consejo Asesor Indígena (CAI)	Argentina
Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE)	Argentina
Movimiento Nacional Campesino e Indígena - MNCI (FNMICB)	Argentina
Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB)	Bolivia
Confederación sindical de comunidades interculturales de Bolivia	Bolivia
Movimiento de Trabajadores sin Tierra -(MST)	Bolivia
Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST)	Brasil
Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)	Brasil
Movimento de Atingidos por Barragens (MAB)	Brasil
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)	Brasil
Pastoral da Juventude Rural -PJR	Brasil
MPP - Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais	Brasil
CONAQ - Coordenação Nacional das comunidades quilombolas	Brasil
Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI)	Chile
Confederación Ranquil	Chile
Asamblea Nacional Mapuches de Izquierda	Chile
Consejo Nacional de Productores de Chile - CONAPROCH	chile
Coordinador Nacional Agrario (CNA)	Colombia
Federación Nacional de Cooperativas Agropecuarias (FENACOA)	Colombia
Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria (FENSUAGRO-CUT)	Colombia
CONFUNASSCE	Ecuador
Federación Nacional de Organizaciones Campesino-Indígenas (FENOCIN)	Ecuador

MEMBRESIA 2013 - SUDAMÉRICA



Ecuador -FENACLE	Ecuador
FEI	Ecuador
Cordinadora Nacional Campesina - Eloy Alfaro	Ecuador
Indígenas-CONAMURI	Paraguay
Mesa Coordinadora de Organizaciones Campesinas (MCNOC)	Paraguay
Movimiento Campesino Paraguayo (MCP)	Paraguay
Organización de Lucha por la Tierra (OLT)	Paraguay
Organización Nacional de Aborígenes e Indígenas de Paraguay - ONAI	Paraguay
Movimiento Agrario y Popular - MAP	Paraguay
Confederación Campesina del Perú (CCP)	Peru
Confederación Nacional Agraria (CNA)	Peru
de Peru	Peru
Red de Mujeres Rurales de Uruguay - RMRU	Uruguay
Coordinadora Agraria Nacional Ezequiel Zamora (CANEZ)	Venezuela
Frente Nacional Campesina Ezequiel Zamora - FNCEZ -	Venezuela



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL  
TURMA CARLOS NELSON COUTINHO  
ROTEIRO PARA ENTREVISTA - TCC  
PROFESSOR: HENRIQUE WELLEN  
ALUNA: LUCIA MARINA DOS SANTOS

NOME DO/A ENTREVISTADO/A:

DATA DA ENTREVISTA:

LOCAL DA ENTREVISTA:

QUESTÕES - SEGUE OS TÓPICOS DAS QUESTÕES, PORQUE A INTENÇÃO É A PARTIR DE CADA RESPOSTA IR ABRINDO UM DIÁLOGO, DE ACORDO COM O SEGUIMENTO DAS RESPOSTAS E CONSIDERANDO O INTERESSE DO/A ENTREVISTADO/A. PORTANTO, SEGUIR O MÉTODO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.

1. CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL EM QUE A VIA CAMPESINA NASCEU E SE EXISTIU ALGUMA DIFERENÇA EM RELAÇÃO À AMÉRICA DO SUL;
2. AS PRINCIPAIS FORÇAS POLÍTICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS QUE ESTRUTURARAM A VIA CAMPESINA E QUAIS AS FORÇAS CONTRÁRIAS, QUE SE COLOCAVAM COMO INIMIGAS;
3. SE A DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA JÁ CONSTAVA NO NASCIMENTO DA VIA CAMPESINA E DE QUE FORMA ESSE MOVIMENTO ANALISAVA AS BASES PARA ESSA LUTA;
4. QUE FORMAS DE LUTAS REALIZADAS NO INÍCIO DA VIA CAMPESINA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA, SE HOUVERAM MUDANÇAS E QUAIS;
5. OS DESAFIOS DA VIA CAMPESINA TUALMENTE, ESPECIALMENTE NA REGIÃO SUDAMÉRICA
6. RESPONSÁVEIS PARA GARANTIR O PROCESSO DAS LUTAS HOJE E COMO ESTÁ ORGANIZADO
7. SE PARA A VIA CAMPESINA, A DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA AINDA É REALMENTE VÁLIDA E IMPORTANTE HOJE, OU SE FOI SUBSTITUÍDA POR OUTRA BANDEIRA MAIS ATUAL.